



PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde. O Ver. Idenir Cecchim solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 10 a 12 de junho de 2024. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoos declaração firmada pela Ver.^a Fernanda Barth, líder da bancada do PL, informando impedimento da suplente Camila Nunes para exercer a vereança, em substituição, no período. Apregoamos declaração firmada pelo Ver. Pablo Melo, líder da bancada do MDB, informando impedimento do suplente Professor Vitorino, em exercer a vereança no período. Informamos que se encontra no Plenário o suplente José Vendruscollo, que já procedeu a entrega à Mesa do seu diploma, sua declaração pública de bens e sua indicação de nome parlamentar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente José Vendruscollo prestará a seguir.

SUPLENTE JOSÉ VENDRUSCOLLO: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Declaro empossado o Ver. José Vendruscollo. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, José Vendruscollo, V. Exa. integrará a CCJ, Comissão de Constituição e Justiça.

O Ver. José Vendruscollo está com a palavra, nos termos do art. 12, parágrafo 2º, do Regimento.

VEREADOR JOSÉ VENDRUSCOLLO (MDB): Boa tarde a todos, gostaria de iniciar saudando os ilustres colegas desta Casa Legislativa, na pessoa do Presidente da Câmara, Mauro Pinheiro, das Sras. Vereadoras, dos Srs. Vereadores, dos representantes da bancada do MDB e de todos os funcionários que contribuem para o bom fundamento desta Casa Legislativa. Saudar ainda, a minha esposa, Dra. Diana Paula Sana, Procuradora-geral do Estado do Rio Grande do Sul, demais familiares, amigas e amigos, pela confiança e pelo inestimável apoio e incentivo que me convoco a estar aqui no dia de hoje. Em especial, gostaria de agradecer também ao Ver. Idenir Cecchim por ter me oportunizado esta representação como vereador nesta Casa legislativa a qual tenho orgulho de integrar. Estar aqui na tribuna me remete ao meu irmão Bernardino Vendruscolo que exerceu por três mandatos a vereança nesta Casa legislativa. Aprovou relevantes projetos para esta cidade de Porto Alegre entre os quais o ITBI, para que não passe em branco esse registro. Não tenho dúvidas de que, em seus anos de existência, esta Casa nunca foi tão desafiada a contribuir de forma tão intensa e premente com as demandas da nossa população. Demandas estas que, pela enorme magnitude assumida, nos convoca a deixar de lado eventuais diferenças em prol do cuidado da nossa cidade e da nossa gente. Meus sinceros sentimentos aos familiares gaúchos que perderam seus entes queridos. Não bastasse as perdas materiais significativas, não há perda maior do que de uma vida. Cidadãos e cidadãs porto-alegrenses, em especial aos desabrigados, desalojados, comerciantes, empresários e profissionais liberais que foram duramente impactados com a enchente, minha sincera solidariedade com todos vocês pelas perdas materiais diretamente relacionados aos alagamentos, pelos saques, pelas perdas de empregos, de

receitas, e por todo o impacto emocional que acompanha este contexto tão adverso. Por me sentir profundamente sensibilizado com a diversidade do contexto atual vivenciado na nossa cidade, sinto-me convocado a agradecer a cada uma das voluntárias e dos voluntários que fizeram toda a diferença no enfrentamento desta crise sem precedentes. Minha saudação e solidariedade também a todos os síndicos e síndicas de condomínios que foram altamente demandados no contexto da enchente pela falta de luz, de água e de segurança pública, pela coordenação dos trabalhos de recomposição de áreas comuns após os alagamentos e pela gestão dos inúmeros conflitos esperados em momentos de crise como os que atravessamos recentemente. Como todos já constatamos, os impactos da enchente na nossa cidade e para a nossa população foram devastadores, demandando valores muito além do que um caixa municipal sozinho conseguiria arcar, seja pela reconstrução, seja pela prevenção de futuras situações como a que vivenciamos em maio deste ano. Prova disso é que, no ano de 2023, as despesas correntes empenhadas no Município de Porto Alegre totalizaram 111,5% do orçamento, consoante fonte do portal de transparência da Prefeitura. Ao gestor público municipal cabe investir em educação, segurança, saúde. Por óbvio, não subsiste recurso suficiente para fazer sozinho uma reconstrução dessa magnitude. Impõe-se, portanto, a união dos governos municipal, estadual e federal no apoio à nossa cidade, até porque, na divisão do bolo tributário, dos tributos arrecadados, 68% fica com a União, 24% para os Estados e 6,31% para os Municípios. Por outro lado, o art. 21, inc. XVIII da Constituição Federal dispõe que compete à União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades, especialmente as secas e as inundações. Assim sendo, urge que os entes do Brasil – União, Estados e Municípios – implementem ações colaborativas neste momento tão crucial para as cidades atingidas pela enchente, como é o caso da nossa gloriosa Porto Alegre, para que possamos recuperar os prejuízos gerados pela enchente que ceifou vidas, estabelecimentos, empregos, com impactos sistêmicos na arrecadação, na retenção de talentos e de investimentos, comprometendo o pleno desenvolvimento econômico da nossa cidade. Em resumo, agora é hora

de agir, é momento de união, de solidariedade e de trabalho conjunto na busca de soluções e não de se perder em narrativas de responsabilização, que apenas retardam as medidas urgentes que a nossa cidade e a nossa população demandam de nós que fomos eleitos para representá-la. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Muito obrigado, Ver. José Vendruscollo. É uma satisfação muito grande, eu que fui colega do nosso amado Vendruscollo, Bernardino Vendruscolo, agora ter V. Exa. também como colega. Seja muito bem-vindo a esta Casa. Convido os vereadores a virem até a bancada para nós darmos uma ajustada na sessão. (Pausa.)

Vereador Engº Comassetto (PT): Sr. Presidente, aqui, junto, com os líderes, todos os líderes da Câmara, nós queremos entregar ao senhor, para deixar como um símbolo histórico da maior enchente da história de Porto Alegre e do Estado, 2024, a bandeira do Rio Grande do Sul que foi encontrada aqui na frente da Câmara, quando as águas baixaram. Ela está toda embarrada, deteriorada, mas nós gostaríamos que o senhor pudesse mandar emoldurar e fazer um símbolo na Câmara para que fique para a história esse momento. Em nome de todas as lideranças, queremos lhe passar esta relíquia de um momento triste, mas que todos nós teremos e deveremos nos preocupar em dobro para que nunca mais aconteça. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Com certeza, Ver. Comassetto e todos os líderes. (Palmas.) Será emoldurada e colocada em um local de destaque na nossa Câmara para que sirva de lembrança e para que nunca mais aconteça na cidade de Porto Alegre.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Homero Osvaldo Magajewski, em homenagem a esse grande amigo, grande lutador, ocorrido nos últimos dias. A gente lamenta muito, essa homenagem da Casa é muito merecida a ele. É o que eu peço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Incluo neste requerimento o nome de Antônio Ferreira. Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

Vereador Engº Comassetto (PT) (Requerimento): Também gostaria de incluir, nessa homenagem que acabamos de fazer, Viviane Mizel.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Então, incluímos a Viviane Mizel.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB) (Requerimento): Presidente, nós perdemos uma grande liderança nacional, Maria da Conceição de Almeida Tavares, e nós rendemos as nossas homenagens a toda contribuição que ela deu ao nosso povo. Solicito que seja também incluído.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Maria da Conceição de Almeida Tavares também incluída na homenagem.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Pauta, para que depois disso possamos fazer a reunião conjunta das comissões para o projeto de investimento do governo que precisamos aprovar por assinaturas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Enquanto verificamos o quórum, apregoamos as proposições apresentadas à Mesa, as quais se encontram distribuídas às senhoras e aos senhores vereadores, bem como às respectivas assessorias, através de aplicativos de mensagens instantâneas.

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB)
(Requerimento): Presidente, eu queria que a o plenário apreciasse o Requerimento nº 066/24, que se refere apenas à criação de uma frente parlamentar, que entrasse na fila, embaixo, mas que pudesse ser apreciado, criando a Frente Parlamentar de Discussão da Dragagem e da Mineração do lago Guaíba.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Coloco em votação o requerimento do vereador Moisés. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(14h48min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, eu gostaria de fazer um requerimento para que nós colocássemos na ordem para a votação, agora, na Ordem do Dia, os três projetos do Executivo que foram retirados da priorização na semana anterior (PLE nº 011/24, PLE nº 012/24 e PLCE nº 008/24).

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Coloco em votação o requerimento da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Então, conforme foi acordado com os líderes, e agradeço ao Ver. Robaina, que abriu mão da votação do seu projeto agora para que possamos votar os três projetos do Executivo que tratam sobre a enchente. Muito obrigado, Ver. Robaina, pela sensibilidade em retirar o seu projeto, que era o primeiro da Ordem do Dia, ficando para depois.

Em discussão o [PLE nº 012/24](#). Não há quem queira discutir.

Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 012/24.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Sr. Presidente, gostaria de informar à nossa base que a orientação do governo para as emendas é que a gente vote contrariamente.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Sr. Presidente, poderia fazer a leitura da Emenda, uma vez que não chegou para nós o texto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Emenda nº 01 tem o seguinte teor: "Altera a redação do § 1º do art. 4º da Lei nº 13.473, de 19 de maio de 2023. § 1º O valor a ser conferido a título de concessão do subsídio no Programa Mais Habitação - Compra Compartilhada será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)".

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O projeto do governo não aumenta o valor, ele só aumenta a renda familiar de R\$ 4 mil para R\$ 8 mil. O valor é R\$ 15 mil, e o Ver. Jonas faz uma emenda a fim de passar de R\$ 15 mil para R\$ 30 mil. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 012/24, como autor.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, é importante destacar que o governo Melo, quando nós estávamos sem enchente, achou R\$ 70 milhões para dar de isenção para a Fraport, do aeroporto, de isenção do IPTU. Achou ligeirinho, os vereadores da base do governo – todo mundo – votaram. A líder do governo, na época, votou, e agora ela vai ao microfone dizendo que a orientação do governo é votar contra emendas dos vereadores desta Casa que querem qualificar o projeto, querem melhorar o projeto, Ver. Pedro Ruas. Querem apoiar a população! Mas parece que o governo diz assim: “Não temos recursos”. É, bem parece que não tem recurso porque o Melo entregou uma carta pedindo dinheiro federal, mas antes tinha dinheiro municipal para dar de isenção aos empresários. Mandou para as empresas de ônibus, sem contrapartida nenhuma, mais de R\$ 100 milhões só no ano passado. É para vocês entenderem, população de Porto Alegre, que o dinheiro público parece que aqui tem dono, o dono é o governo Melo. Ele decide; vocês da enchente, não. Vocês, nós vamos dar um troquinho aqui, e se contentem, se contentem que daqui a um mês ou dois meses nós vamos recolher a sucata, o lixo que está obstruindo as ruas. Se contentem com isso. Essa é a fala desse governo desrespeitoso com o 4º Distrito, com toda a região do Sarandi, com a orla do Guaíba, Zona Sul. É muito bonito ver que na discussão lá do orçamento, vereadoras, vereadores, para uma pasta que não tem nem sede, botaram mais de R\$ 100 milhões; para asfalto foram R\$ 150 milhões, aí tinha dinheiro. Agora, para o cidadão, para a trabalhadora e para o trabalhador que perderam tudo - perderam tudo! -, aí eu ouvi aqui a vereadora Nádia dizendo: "De onde vai sair o dinheiro?" Olha, vereadora, eu vou lhe responder de onde

vai sair o dinheiro: dos impostos do povo sofrido que pagou durante décadas para esta Prefeitura, e, agora, durante o governo, não fizeram as obras de recomposição e manutenção do sistema de prevenção. Por não ter feito isso, o dever de casa, nós temos que apoiar agora, emergencialmente, todas essas e esses que perderam. É lamentável ver que um governo, que está apodrecido... O governo Melo está apodrecido, abriu um lixão na frente da Câmara! É um desaforo aos moradores do Centro Histórico! E diz ele que não tem como fazer a gestão do lixo, não consegue fazer. Mas é óbvio que não vai fazer! Ele desmontou as estruturas públicas. O DMLU está em frangalhos, não tem mais servidores, é só uma cecezada, mais de mil CCs. Onde estão? Nas enchentes, eu não vi. Aí agora não tem recurso. Tirou o projeto de tramitação na semana passada daqui, que nós iríamos votar; para votar auxílios eles têm muita dificuldade. O governo Lula mandou R\$ 5,1 mil e o Melo queria R\$ 1 mil para a população. E aí vai lá entregar cartinha... Mas, na época, para dar isenção para os poderosos, não entregou cartinha ao governo federal do Bolsonaro. Ele não entregou cartinha na época da pandemia. Agora ele entrega a cartinha ao pai Lula. Sim, pede salvação ao pai Lula, que salve Porto Alegre. Bom, mas ele foi eleito para fazer a gestão como prefeito, então entrega o chapéu, Melo, passa o chapéu para alguém que queira, pode ser o Presidente da Câmara de Vereadores. Larga tudo! Agora, para economizar com a população sofrida, isso nós não vamos aceitar. Não vai ter economia para quem perdeu tudo! Para quem perdeu tudo, nós temos que abraçar. Esta Casa tem que ter altivez e dizer que o dinheiro dos impostos é, sim, para o pagador de impostos. Porque, para os poderosos, sempre teve, sempre foi fácil liberar dinheiro desta Casa: isenção e mais isenção. A proteção do meio ambiente, neste Município, ficou em segundo e terceiro plano, e agora nós amargamos, porque não fizeram a manutenção das casas de bombas. E agora querem economizar dinheiro. É sempre assim, o trabalhador paga o pato! Paga o preço! Aqui, não, aqui não vai ser assim. Se o governo quiser economizar, vai ter que botar o nome na urna aqui, vai ter que botar o nomezinho de quem é a favor e quem é contra a população, porque a emenda é para qualificar, é para apoiar quem sofreu tudo! Se coloquem no lugar

de quem perdeu tudo, porque parece que vocês não estão vendo que a cidade sofre.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.ª Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 012/24.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente Mauro, colegas vereadores, público que está aqui nos acompanhando nesta sessão e público que também está pela TVCâmara. Mundo de Nárnia, Mundo de Bobby, onde tudo pode, tudo acontece e ninguém tem responsabilidade com nada. Um vereador, que faz uma emenda para aumentar a compra compartilhada do Município, de R\$ 15 mil, que é o que o Município está estipulando, aliás, já existia, este projeto só aumenta a renda familiar, que de R\$ 4 mil passa para R\$ 8,8 mil. Pois o vereador que agora sai daqui da sessão plenária, uma pena, não tem responsabilidade nenhuma com orçamento. Aliás, acredito, vereador, que se o Brasil continuar como está, o senhor é um baita candidato a presidente, porque mentir, porque enganar, porque fazer economia com o dinheiro dos outros, o senhor sabe fazer bem, aliás, tal qual o seu desgoverno, do presidente Lula. É uma vergonha quando a gente vê subir nesta tribuna um vereador que quer aumentar valores, sem ao menos falar sobre impacto financeiro, de onde sai o dinheiro. E o vereador vem aqui e diz: "Ah, de onde que sai o dinheiro." Sim, o dinheiro sai dos tributos de quem paga, o dinheiro sai do imposto de cada um de nós. Parece que o vereador, que por muito tempo foi professor municipal, fez concurso municipal para dar aula nas escolas municipais e não ficou quatro anos, porque nos outros foi cedido para as suas associações, para sindicatos, com o dinheiro do povo! Ora, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, não sejamos irresponsáveis de dizer que: "Aumenta, passa para 30, passa para 45" que

depois o Melo vê. Não! Eu quero saber onde está o seu Presidente, cadê o seu Presidente, que fala muito e traz pouco? Aliás, os outros R\$ 15.000,00 que o senhor quer, peça para a Presidência da República aportar na compra compartilhada. Eu sou parceira, vamos fazer isso, porque eu não vi o governo federal, além dos R\$ 5,1 mil numa parcela única – R\$ 5,1 mil uma única vez. A compra compartilhada dá três vezes mais do que o governo está mandando para cá. Vamos além: o que o governo federal está mandando como auxílio para aluguel, para ajudar as outras famílias? Porque aqui nós aprovamos R\$ 1 mil; o governo do Estado está aportando mais R\$ 400,00; se o governo federal colocasse mais R\$ 600,00, seriam R\$ 2 mil vivos na mão das pessoas que mais precisam. Politicagem! A tragédia no Rio Grande do Sul virou palanque político do PT e seus puxadinhos. Vamos falar sério, reconstrução custa dinheiro, reconstrução tem que ter dinheiro no caixa. Ainda bem que o prefeito Melo solicitou, está escrito, e sugiro, Presidente, esta Câmara endossar o pedido de R\$ 12,5 bilhões que o governo federal pode aportar aqui. Eu assino, todos deveríamos assinar, vamos pedir ao Presidente da República R\$ 12,5 bi, que não é nada perto do que o Rio Grande do Sul repassa de transferência em impostos: R\$ 54,7 bilhões que o nosso Estado aporta num governo lá de Brasília, que esbanja muito, que castiga o agricultor. O agricultor, os arroteiros não podem vender mais barato porque o imposto está na goela de cada um; agora, arroz importado pode sem imposto, sem nada. É uma falácia em cima da outra. Eu quero ver efetivamente o governo federal e quero muito, porque eu quero a reconstrução do meu Rio Grande do Sul, eu quero a reconstrução de Porto Alegre. Mas é uma piada de mau gosto ver gente subir aqui em cima – aquela gente que fez o L, que não ganhou picanha ainda e que está esperando receber migalhas miseráveis, reais, daquilo que nós tanto precisamos. É “não” a essa emenda irresponsável e sem nenhum impacto financeiro nas contas do orçamento público obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 012/24.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Mauro, senhoras e senhores vereadores, equipes, assistência, pagador de impostos que nos acompanha pela TVCâmara, gostaria de começar esta minha fala, esse meu encaminhamento... Antes alguém no plenário falou sobre acordos, que tinha que manter acordos, etc. Hoje não é um dia bom para acordos principalmente com o Republicanos e com o Podemos, que nos traíram na votação da Comissão de Ética. Acho que o Republicanos e o Podemos não são bons de acordos porque o que eles prometem não entregam, não cumprem.

Ainda sobre essa discussão, eu queria celebrar que o líder do PT, Jonas Reis, faz endosso a essa minha campanha "Lula, devolva o que é nosso!" O Ver. Jonas disse desta tribuna que o dinheiro para esta emenda vai sair do imposto pago pelos porto-alegrenses. E eu quero dizer, Ver. Jonas, que o senhor pode pegar esse botão aqui "Lula, devolva o que é nosso", o nosso imposto. E é bom que o Jonas vai fazer um videozinho lá para mostrar para o PT que a gente realmente precisa, Ver. Moisés, do dinheiro dos impostos. Olha lá o Jonas fazendo o corte! É isso aí, Jonas, eu estou contigo. O dinheiro tem que sair dos impostos que nós mandamos para federação e que o PT, para variar, está usando em licitações de arroz com suspeitas graves de corrupção, Ver. Adeli. É o seu partido, acho que o senhor tinha que estar em cima disso aí, afinal de contas, uma locadora de veículos comprar arroz, uma queijaria lá de Macapá - já morei, aliás, em Macapá. Então, essa emenda, o NOVO votaria "sim" a essa emenda se o PT, na pessoa do proponente, tivesse subido aqui e dito: "Olha, nós estamos suspendendo o leilão do arroz e os bilhões do arroz que têm..." PT e corrupção é um troço meio parecido, essa licitação do arroz que tem indícios de corrupção, se o Jonas tivesse subido aqui e dito: "Olha, nós estamos suspendendo esse leilão, e os bilhões do arroz com suspeita de corrupção vem para Porto Alegre, podemos aprovar essa emenda". Mas não, infelizmente, o que o PT sabe

fazer é licitação com suspeita de fraude e proselitismo e blá-blá-blá oco desta tribuna, onde só sabem acusar e acusar e acusar e, na verdade, não entregar nada. Aqui temos diversos bótons para quem, no plenário, quiser poderá usar conosco. É uma campanha apartidária: "Lula, devolva o que é nosso!", não que dessa vez ele tenha roubado, dessa vez, mas é o nosso imposto que vai a Brasília e precisa voltar para Porto Alegre. Se o Jonas conseguir trazer para nós o dinheiro do arroz, repito, da licitação com suspeita de fraude, a gente vota "sim" a essa emenda, aí nós vamos ter o nosso imposto de volta; se o Jonas não conseguir trazer esse dinheiro, o nosso voto é "não".

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 012/24.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mauro Pinheiro, Presidente desta Casa, colegas vereadoras, vereadores. É uma emenda que fala de uma situação localista, fala da compra assistida de casas. O vereador que me precedeu falou de arroz. Em se falando de arroz, falarei também. É um escândalo os arrozeiros gaúchos fazerem chantagem, quando já tinham colhido 83% da safra de arroz, esconderam a safra - está nos seus depósitos, nos seus silos -, chantageando o governo. Qual é a resposta que os arrozeiros precisavam ter? A que nós demos. A Conab garantirá arroz a R\$ 4,00. Eu tenho um WhatsApp com fotografia de arroz a R\$ 46,00 por cinco quilos, ou seja, R\$ 8,00, em números redondos, em Erechim, o dobro do que nós colocaremos na mesa do trabalhador. Se houver desconfiança, é simples: existem os órgãos de controle, existe qualquer acompanhamento, e o presidente da Conab já disse que vai exigir da bolsa de cereais a capacidade técnica, financeira e todos os dados legais, pelos quais a Conab se pauta. Então, vereador, não tem negociinho conosco aqui, não tem barganha. É o que é; e o que não é, não é. Estou cansado de *fake news* sobre isso, sobre aquilo, não nos enganam mais, porque tudo que acontece nesse País, antes do governo Lula, era culpa do PT, depois do governo

Lula, que está fazendo o que tem que ser feito, ministério local, extraordinário, R\$ 5,1 mil. Não chega os R\$ 5,1 mil: hoje uma pessoa me reclama, de Novo Hamburgo, aí, fui verificar e a Prefeitura não mandou o cadastro. Aqui demorou, em Porto Alegre, porque a Prefeitura não mandou o cadastro, e foi mentido aqui nesse plenário. O vereador chegou aqui e disse que mandaram. Não tinham mandado, mentiram. Então, não vem, não tem conciliação sobre barbaridades. Nós queremos, sim, a união do povo porto-alegrense, do povo rio-grandense para reconstruir a capital e o Estado do Rio Grande do Sul. Não será reconstruído com esse tipo de postura, ameaçadora, de espalhar *fake news*, de ir para o plenário xingar aqueles que estão, de fato, ajudando. Está sendo liberado, no Banco do Brasil e na Caixa Federal, o primeiro Pronampe, com base na [MP nº 1.216/2024](#). Estão sendo liberados os financiamentos. Agora, quem quer cobrar juros, que disse que suspenderia a cobrança dos débitos de funcionários do Estado que têm conta no Banrisul, com os empréstimos consignados, é o Banrisul; é o Banrisul que agora quer cobrar juros. E foi colocado na chinha pela Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, afinal de contas, existem órgãos fiscalizadores, existe o Judiciário em ação. Não venham com esse papo aqui que não votam; não, vocês não vão votar porque a emenda é do PT, é da oposição, é simples assim. Na semana passada, nós aprovamos alguns projetos importantes porque a situação se perdeu, a situação se dividiu, porque tem setores da base do governo que estão incomodados com a distribuição de cesta básica por cabo eleitoral do governo. Eu fiz a pergunta: qual o critério de distribuição de cesta básica? Ninguém do governo aqui dentro responde, muito menos o Executivo, que tem culpa em cartório, está sendo acusado – e não por mim, saiu na mídia, até a mídia está cobrando do governo como são distribuídas as cestas básicas. O povo quer saber. Eu sou vereador, também quero saber. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, primeiro, eu quero aqui só lembrar ao Ver. Tiago que, na última sessão, quando discutíamos os projetos, fizemos um acordo coletivo aqui, sim, para votar os quatro projetos do governo que estavam com a mesma toada. A oposição deu acordo 100% e votou 100% no pedido do Ver. Ramiro Rosário e do Ver. Tiago. Acordo, quando se faz, é para se cumprir, só quero registrar isso. Dito isso, eu fiquei impressionado com um conjunto de vereadores e vereadoras que se colocam como oposição ao governo federal, que não conseguem aceitar a grande política que o governo federal está desenvolvendo em socorro, em apoio ao Rio Grande do Sul, junto com o governador Eduardo Leite e junto com todos os prefeitos que querem sentar à mesa. Portanto, meus colegas vereadores e vereadoras, o que não pode é um prefeito fazer reivindicação por jornal, com matéria paga, ao governo federal, isso é o fim da política. Isso é o fim da política.

Quero dizer aqui a todos que estão discutindo esse projeto, que não entenderam o projeto. O projeto, a emenda feita para elevar até R\$ 30 mil e que estende até R\$ 8 mil, de R\$ 4 mil que estava antes, para R\$ 8 mil, é para dar oportunidade para mais famílias entrarem no Programa Minha Casa, Minha Vida, faixa 2, que é para financiar os imóveis. Como ele tem que dar 20% de entrada, se um imóvel é R\$ 200 mil, 20% é R\$ 40 mil. Nem sempre o mutuário tem esses R\$ 20 mil, somado com o que ele já ganha de subsídio do Minha Casa, Minha Vida, ele pode alcançar R\$ 50 ou R\$ 60 mil. E aí eu quero dizer aqui a todos vereadores, e falo para o secretário Schirmer que está ali: Secretário Schirmer, o seu vice-governador, quarta-feira, do MDB - ah, não sabia que o senhor não está mais no MDB - o vice-governador do MDB comandou a aprovação do projeto habitacional na Assembleia Legislativa, e lá aprovaram qual valor? O imóvel pode ser até R\$ 300 mil, e pode ter subsídio do Estado de 15% a entrada. Então, R\$ 300 mil, 15%, Ver.^a Mônica, dá R\$ 45 mil, aprovou quarta-feira a Assembleia Legislativa, a porta de entrada R\$ 45 mil para dar de subsídio para as famílias em todo Estado que queiram adquirir uma proposta do Minha Casa, Minha Vida. E aqui, o governo municipal, já é o que nós aprovamos no ano

passado R\$ 15 mil. Portanto, para aquelas famílias que não foram atingidas, que não foram alagadas, para essas, o governo federal está pagando R\$ 200 mil, basta a empresa ou o proprietário, pode ser imóvel novo ou utilizado, ele cadastra no *site* da Caixa Econômica Federal, e vai abrir – ainda, não abriu ainda o cadastro para as pessoas escolherem o seu imóvel, ou se credenciarem para o seu imóvel. Esse credenciamento será o próximo passo, mas esses já estão ganhando do governo federal, Ver.^a Nádia, não são míseros R\$ 15 mil para uma casa; serão R\$ 200 mil, essa é a diferença, e, esse aqui é para aqueles não atingidos, que o governo federal já dá até R\$ 47 mil de subsídio. Mas nem sempre a prestação que ele tem que dar de entrada fica neste valor de 40, é conforme a renda da pessoa, quanto menor a renda da pessoa, maior o subsídio que ele tem que dar. Então elevar de 15 para 30 não é nem uma heresia, é um benefício para ajudar aquelas famílias a adquirirem – aquelas que não têm e que não foram alagadas – o seu imóvel pela casa própria. Eu vou passar agora, vou colocar no grupo do WhatsApp, para todos os vereadores e vereadoras desta Casa seguirem o projeto aprovado quarta-feira da semana passada, de origem do governo do Estado que colocou 30% do valor para ser destinado. A [Lei nº 16.138](#), que dispõe sobre a política estadual de habitação de interesse social - institui o programas habitacionais e altera a Lei nº 13.841, de 5 de dezembro de 2011, e dá outras providências foi votada por unanimidade na Assembleia Legislativa. Quando um tema é para favorecer a atual conjuntura, não temos que vir aqui fazer disputa política, nós temos que olhar se é bom ou não é bom e votar conforme o acordo que nós tínhamos estabelecido quando este projeto estava em pauta, votar por unanimidade das bancadas que deram acordo naquele momento. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Alvoní Medina, ao PLE nº 012/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLE nº 012/24 à apreciação

das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLL nº 012/24.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, ao PLL nº 012/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLE nº 012/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLE nº 012/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLE nº 012/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 04 ao PLL nº 012/24.

Apregoo a Emenda nº 05, de autoria da Ver.^a Biga Pereira, ao PLE nº 012/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLE nº 012/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Aprego o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 05 ao PLL nº 012/24.

Aprego o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira, solicitando que seja retirada de tramitação da Emenda nº 05 ao PLL nº 012/24.

Aprego a Emenda nº 06, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, ao PLE nº 012/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento

solicitando dispensa do envio da Emenda nº 06 ao PLE nº 012/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Aprego o requerimento, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 06 ao PLL nº 012/24.

Aprego a Emenda nº 07, de autoria da Ver.^a Karen Santos e do Ver. Pedro Ruas, ao PLE nº 012/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento

solicitando dispensa do envio da Emenda nº 07 ao PLE nº 012/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Aprego a Emenda nº 08, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, ao PLE nº 012/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento

solicitando dispensa do envio da Emenda nº 08 ao PLE nº 012/24 à apreciação

das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 08 ao PLL nº 012/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 012/24. (Pausa.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 21 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 012/24. (Pausa.) Estão tentando fazer um ajuste da emenda que dependerá de acordo dos líderes, dos vereadores. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Presidente, estou aqui dando uma força para os colegas que estão reorganizando ali a emenda, que é uma emenda boa; no entanto, uma parte dela, que fala de pagamento da compra compartilhada em até 15 dias, é algo que deixa todos nós um tanto quanto apreensivos, porque fio do bigode é fio do bigode. Se nós aprovarmos uma emenda que, em 15 dias, o governo municipal tem que fazer o pagamento dessa entrada de R\$ 15 mil e, por algum problema, algum obstáculo, o governo do Município não conseguir fazer esse pagamento, nós também estaríamos aqui correndo algo, de que falou que seria, mas não foi, enfim... O próprio prefeito Melo, o próprio vice-prefeito Ricardo Gomes, a secretária Simone Somensi, – está ali inclusive, seja bem-vinda, secretária! –, também falaram da preocupação de se ter esse pagamento em 15 dias. Não é que não vá acontecer o pagamento, ele pode acontecer inclusive em menos dias, mas pode também ser em 17, em 20 dias. Por isso, estou aqui usando este tempo de encaminhamento para auxiliar o Ver. José Freitas e o Ver. Alvoni, para que façam a correção desse único probleminha, que tem esta emenda, que seria

retirar "em até 15 dias", porque aí é uma emenda muito contemplada, uma emenda muito importante. Além disso, eu gostaria de falar aqui que um vereador do PT subiu à tribuna e falou que nós estamos aqui espalhando *fake news*. Na verdade, ninguém espalha *fake news* aqui. Nós espalhamos e nós comentamos aquilo que acontece literalmente em Brasília. Dentre as coisas que aconteceram em Brasília, foi que deputados federais do PT, que devem estar em Brasília fazendo a defesa do nosso Estado, que é para isso que deputado federal existe, para defender o Estado – e aí eu não acredito que o vereador vai dizer aqui que eu estou mentindo ou fazendo *fake news* –, sete deputados federais do PT votaram contra a anistia da dívida do Rio Grande do Sul. E isso é verdade. Só se vierem aqui dizer que eu estou fazendo *fake news*, aí é difícil, porque as *fake news* faladas pelo vereador do PT é quando nós mostramos a verdade do que acontece em Brasília. Inclusive, uma das deputadas federais que votou contra a anistia do Rio Grande do Sul é a deputada Maria do Rosário, a mesma deputada que quer ser prefeita de Porto Alegre. Vocês imaginem: uma deputada federal que não cuida do seu Estado, dirá cuidar da sua cidade. Por quê? Exatamente isso que nós estamos fazendo nesse projeto, deputado, não, vereador - olha, deputado já foi, não é, Oliboni? Agora é nosso vereador querido -, estamos querendo cuidar da nossa cidade com esse projeto, a partir do momento em que nós oportunizamos àquelas pessoas que querem sair das suas casas, que estão em área de risco, que foram atingidas pela enchente. E, olhem, essa compra compartilhada não é apenas para o município de Porto Alegre, o morador de Porto Alegre pode usar esse valor e comprar uma casa no litoral, na serra, em Gravataí, em Guaíba, oportunizando o quê para a pessoa que for contemplada e estiver dentro do preconizado dentro desse projeto de lei? Oportunizando a liberdade aquela que é tão cara para todos nós, conservadores, pessoas de direita, pessoas que somos pela família, pela propriedade privada, que defendemos a autodefesa do cidadão. Para concluir, meu Presidente Mauro, quero dizer que tenho certeza de que nós conseguiremos aprovar essa emenda que foi feita pela bancada do Republicanos, desde que esse prazo de em até 15 dias possa ser retirado. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Os autores da emenda, do partido dos Republicanos - Ver. Alvoní Medina, Ver.^a Mari Pimentel e Ver. José Freitas -, fizeram um requerimento, que depende de acordo com os vereadores. A Emenda nº 02 tem quatro artigos, o art. 3º é que menciona esse prazo de 15 dias, que a Ver.^a Comandante Nádia falou. O requerimento que me fez os autores da emenda é que a Emenda nº 04, que tem quatro artigos, seja retirado o art. 3º da emenda, ficaria, então, o art. 1º, o art. 2º e o art. 4º. Se a emenda for aprovada, na redação final, não constaria art. 3º. Então teria que ter acordo dos vereadores para que a emenda fosse retirada; parte da emenda. Consulto os vereadores se há acordo para colocar esse requerimento em votação. Isso. Ele retira essa parte do art. 3º, que diz o seguinte: (Lê.): "§ 2º: O pagamento do subsídio referente ao Programa Mais Habitação - Compra Compartilhada será efetuado diretamente ao vendedor, em até 15 dias, pelo agente financeiro, após a assinatura do contrato e seu registro no Registro de Imóveis." Essa parte seria retirada na redação final. Não tem prazo. O prazo mais curto possível, sem dúvida nenhuma, a nossa secretária Simone Somensi tem a maior vontade de fazer o mais rápido possível. Não tem prazo. Podemos colocar em votação o requerimento? Não sei se os vereadores conseguiram entender. Essa parte da emenda será retirada da redação final, se a emenda for aprovada. A autoria dos vereadores Alvoní Medina, José Freitas e Mari Pimentel.

Coloco em votação o requerimento de autoria dos vereadores Alvoní Medina, José Freitas e Mari Pimentel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 012/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 32 votos **SIM.**

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Votei "sim", Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está registrada a sua intenção. O Ver. Ramiro Rosário e o Ver. Tiago Albrecht solicitam que seja retirada da redação final uma parte do *caput* do artigo incluído pela Emenda nº 03, que é: “em virtude de situação de emergência ou estado de calamidade pública”. Nós estamos tentando ajustar com os requerimentos, pois foi um projeto que foi colocado em votação muito rapidamente. Isso criou alguma dificuldade de ajuste com o governo.

Em votação o requerimento de autoria dos Vereadores Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 03 ao PLE nº 012/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Fica prejudicada a Emenda nº 04. A Emenda nº 05 foi retirada.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Só para entender uma questão. A emenda que eu fiz aumenta o valor para R\$ 350 mil. Inclusive pela interpretação do Sandro... Pode talvez chamar o diretor legislativo, Luiz Afonso, que é o primeiro violino da Diretoria Legislativa. Mas a emenda não fica prejudicada. Até porque, nesse caso, nós estamos falando de um valor maior, não de um valor menor. Se nós estivéssemos falando de um valor menor, ficaria prejudicada, porque, afinal de contas, a Câmara já optou por um valor maior.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Solicito à Diretoria Legislativa trazer a emenda para podermos avaliar a prejudicialidade.

Enquanto isso, esta presidência faz um requerimento solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 06 ao PLE nº 012/24, de minha autoria e da Ver.^a Mônica Leal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade é o seguinte: é a mesma regra que foi aplicada na outra sessão, vereador. Quando a Câmara define um valor, ela definiu. É a mesma regra, vereador.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Declaro prejudicada a Emenda nº 04 ao PLE nº 012/24, em função da aprovação da Emenda nº 02.

Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 012/24. (Pausa.)
O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras e vereadores, Dra. Somensi, que dirige o DEMHAB atualmente, é importante a sua presença, porque a nossa emenda, Ver.^a Karen Santos, é uma emenda singela e importante, porque ela autoriza o DEMHAB a contratar servidores exatamente para ampliação e execução do bônus-moradia. Ora, autorizando o DEMHAB, nós estamos auxiliando o próprio governo, na sua meta maior esboçada no projeto. Portanto, parece-me, aliás, por todos os ângulos em que se analisa a questão, que no momento em que nós autorizamos a contratação pelo DEMHAB, sem colocar restrições, nós ampliamos a liberdade do Executivo para tratar do tema principal do projeto. Entendemos como indispensável a execução e ampliação do bônus-moradia, e por isso entregamos uma forma de carta branca ao governo, através do DEMHAB, da Dra. Somensi, dos seus assessores, para que realize esse trabalho que nós consideramos fundamental para a população de Porto Alegre. Portanto, devemos aprovar a emenda, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº

012/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**. Está rejeitada a Emenda nº 07.

Em votação a Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 012/24. A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a matéria.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Presidente Mauro Pinheiro. Quero aqui apresentar aos colegas vereadores e vereadoras essa emenda que eu e o Ver. Giovani apresentamos. Ela visa a transparência de tudo que tem chegado e como deve ser distribuído. A sociedade precisa ter esses relatórios, e nós aqui estamos pedindo, portanto, a questão da transparência, de como vai acontecer. E, para que a gente tenha o controle social, o controle público das verbas que serão destinadas, nós precisamos de segurança e de transparência com os valores públicos. Assim como tem sido questionado aqui quais os critérios da distribuição de cestas básicas que nós estamos vendo diariamente, não é, Ver. Jonas, a distribuição de cestas básicas por alguns, tão somente. Nós precisamos que os recursos que a Prefeitura irá disponibilizar que sejam com transparência e que nos dê esta segurança para que esta Casa possa fiscalizar, mas também que a sociedade seja informada sobre os valores para o Programa Mais Habitação. É isso, muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 012/24.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Presidente. Transparência é uma das pautas de quem trabalha com honestidade, com responsabilidade. E eu vou dizer que eu fico até muito feliz de ver a vereadora do PCdoB falar em transparência. Muito importante, feliz, porque transparência é uma coisa que nós não vemos no governo federal. Pedimos transparência no Município, mas, no federal, está tudo bem, a começar pelos fortes indícios de irregularidades sobre os quatro vencedores da compra do arroz importado.

Quatro empresas que, no mínimo, devem ser chamadas, avocadas para ver o que estão fazendo. A Zafira Trading Ltda é uma microempresa, que tem no seu capital social R\$ 110 mil, mas se prontificou a vender 74 mil toneladas de arroz e receber do governo federal R\$ 369 milhões. Isso é transparência? Isso é transparência que nós queremos aqui?

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Eu quero lá também, vereador, estou fazendo uma construção da minha justificativa, eu posso? O senhor me permite fazer?

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Ah não posso falar? O senhor agora é o corregedor aqui da Câmara?

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Não estou falando...

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Estou falando que eu estou fazendo a minha justificativa, o senhor me permite ou o senhor é machista e não deixa uma mulher chegar aqui à tribuna e falar o que ela quer? Obrigada, vereador. Segunda empresa: Wisley Alves de Souza Ltda., a Queijo Minas, lá do Macapá, capital social R\$ 80 mil, mas vai receber R\$ 736 milhões vendendo arroz importado. O objeto do contrato – isso é transparência, que eu não vi no governo federal, e nós queremos aqui – diz que é um atacadista de carnes, de pescados, hortifrutigranjeiro, é um minimercado. E aí eu vejo a Ver.^a Biga, nessa

emenda, querer transparência do DEMHAB. Eu também quero! Eu também quero, mas eu gostaria que a senhora também quisesse a transparência do governo federal, porque a terceira empresa, a Ice Fruit, de São Paulo, tem no seu contrato social conserva de frutas e venda de sorvete, mas se mostrou apta a vender 20 mil toneladas de arroz importado e receber R\$ 98 milhões. Presidente, o senhor também quer transparência, eu tenho certeza disso. E todas as coisas da sua vida profissional e pessoal, eu tenho certeza, porque o senhor é um homem honrado. Eu também quero transparência, Ver.^a Biga, gostei da sua emenda, mas a gente tem que ser coerente; a teoria tem que casar com a prática, tem que ser verdadeira, tem que cobrar do governo federal, por que que é a quarta empresa, a Asr Locação de Máquinas e Veículos, que, pelo seu contrato social, vende materiais de higiene pessoal, vestuário, transporte coletivo, faz construção, terraplanagem, edifícios e rodovias, mas se sentiu apta a comprar 22.500 toneladas, recebendo R\$ 112 milhões. Por certo, o presidente da Conab, que é o deputado federal do PT, chamou - chamou - esses vendedores, esses compradores, para que eles possam avaliar sua capacidade técnica e financeira, porque é isso que nós precisamos: transparência. Eu vou lhe dar meu voto, vereadora, meu sim, porque transparência tem que ter coerência e responsabilidade do município até federal. Eu não estou vendo tanta transparência no governo federal ultimamente, e gostaria de saber se realmente o governo federal gosta do Rio Grande do Sul, quer ajudar os arrozeiros a venderem seu arroz ou ele gosta de fazer outras coisas, que nós precisamos saber. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 012/24.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador Mauro, agradeço ao líder da bancada do PT, Jonas Reis, por me dar a condição de vir aqui discutir, eu diria, o indiscutível. Afinal de contas, estamos discutindo Porto Alegre, estamos

discutindo habitação, estamos discutindo auxílio aos desabrigados, às pessoas que sofreram, que perderam absolutamente tudo, mas arroz não faltou, não faltou porque a Conab distribuiu arroz para os desabrigados em todo o Estado. Os arroteiros, que já tinham colhido praticamente toda a sua safra, tiveram a desfaçatez - a desfaçatez - de dizer que eles colocariam no mercado o arroz necessário, depois, somente depois que o Presidente Lula colocou na chinha e disse que importaria arroz. Não bastasse isso, ficam falando que o arroz da China seria plástico. Ora bolas, gente. Isso é quem é desmiolado, desmiolado, não tem palavras. Mas aqui tem gente que não pensa. Agora, é o seguinte: haverá arroz a R\$ 4,00, não como hoje a R\$ 8,00, a R\$ 9,00 ou até, em alguns lugares, a R\$ 10,00 o quilo. Não vai ter conversa. Nós, sim, nós gostamos, nós amamos o Rio Grande do Sul e Porto Alegre, e vamos reconstruir o Estado. O presidente da Conab já disse que ele solicitou à bolsa de mercadorias as condições dos concorrentes.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vou pedir para o vereador se ater à emenda.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Que transparência estão buscando? Está dito. Agora, nós queremos discutir aqui que as prestações de contas, que o acesso à informação seja dos conselhos. Não é essa a emenda que nós estamos discutindo? Conselhos. Mas não, quando da catástrofe, onde estava a condição de solicitar alguma coisa, por exemplo, para a pessoa idosa? O que diz o sítio eletrônico da Prefeitura? Atenção ao idoso. Responsável: ninguém. WhatsApp: não tem. E-mail: não tem. O endereço é o da Av. João Pessoa, que estava fechado, que agora abriram para fazer cadastro, com filas enormes. Aqui, nós temos que buscar a transparência, a transparência no DMAE, com R\$ 437 milhões em caixa e as bombas estourando, a casa de bombas não funcionando. Aqui, não tem transparência! E vem cobrar, pregar moral para cima de nós? Mas o que que é isso? Nós vamos exigir, sim, nós vamos fazer as emendas que nós achamos necessárias, imperiosas, para quem se tenha acesso às informações.

Pela primeira vez nesta Câmara, há vereadores que estão votando, Ver. Alex, contra pedido de providência; votam contra pedido de providência, votam contra pedido de informação. É simples, vocês acham que nós somos idiotas? Eu tenho o WhatsApp dos outros secretários, tenho o e-mail dos secretários. Claro, tem essa, por exemplo, atenção ao idoso, que não se acha, mas a gente põe na internet, põe na internet, o povo vai ficar sabendo que a Prefeitura não dá informação. Eu fiz uma reunião sobre a questão dos catadores, Roberto Robaina, líder da oposição. Dez dias passados, nenhum retorno, é simples, mandei um WhatsApp para os responsáveis, fizeram a reunião, publiquei na internet. Opa! Sobre a praça Tamandaré devastada... Não, vereador, amigo meu. Bandeira branca. Não, botei na internet... Bandeira branca, não. O que é isso? Não tem bandeira branca. A minha é vermelha, da luta, do povo. Não tem conciliação, não tem conciliação. O secretário deixou devastar uma praça inteira, porque é amigo de um sujeito que tem 50 BO. Vai ter 51 agora, porque o 51 sou eu que vou fazer. Não tem conciliação. A gente faz uma boa proposta, riem da nossa cara, como foi o caso do diretor-geral do DMAE. Vai pagar caro! Muito caro! Aqui ninguém se cala! Aqui a gente quer transparência! O resto é pirotecnia.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada ao PLE nº 012/24.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Eu acho importante nós termos transparência, neste momento muito difícil que a cidade está vivendo. Transparência na gestão pública é tudo. E vou citar um exemplo de transparência que está faltando quando foi para contratar a segurança dos abrigos. A Prefeitura implorou para as empresas fazerem a segurança dos abrigos. As empresas não fizeram. Teve uma empresa só que aceitou o desafio, porque todas estavam com seus depósitos, todas estavam com seus homens, embaixo d'água, todas estava alagadas e uma empresa aceitou. A empresa

aceitou, entrou no emergencial, está fazendo a segurança dos abrigos. Aí depois, entraram outras empresas, depois que dizem que melhorou, entraram outras empresas. E essa empresa ficou todo esse período, trabalhando nos abrigos, ajudando e auxiliando. Agora, na hora de pagar essa empresa, querem comprovante de vale-transporte... Mas nós estávamos sem ônibus, até, como é que vai ter comprovante de vale-transporte? Aí agora querem comprovante vale-refeição; não tinha nem onde comer, como é que a pessoa vai ter vale-refeição, se comia dentro dos abrigo. Querem o envio dos formulários dos trabalhadores dessa empresa, quando precisavam não precisava ter nada disso, sendo enviados para o Ministério do Trabalho e Emprego, para algo que não pagaram ainda, eles querem o comprovante pagamento. É necessário ter transparência para as questões não ficarem somente com os amigos do rei. É necessário ter transparência, porque quando tu contrata, num contrato de emergência, tu estipula o necessário. Aí, depois, muda a regra do jogo. Então a transparência é algo necessário, tanto na União quanto no Estado, quanto no Município, quando se usa recurso e se mexe com recurso público é necessário a transparência. É necessário que a população saiba, e esse é o nosso papel, porque a gente faz pedido de informações, já fizemos dois, três pedido de informações, e até hoje não tivemos resposta por que não existe a transparência. Não existe mostrar como as coisas são feitas. Então é necessário ter uma emenda que mostre como as coisas ficarão, como as coisas serão feitas. E isso não é questão de machismo, isso não é questão de querer ser mais realista do que o rei, é questão da democracia, é questão do bem lidar com recursos públicos. Se vai ter recurso público para reconstruir, cabe a esta Casa, à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, fiscalizar esses recursos públicos. Cabe. Porque aí vão fazer um contrato emergencial com uma empresa para entregar as casas, e aí a empresa entrega as casas e depois na hora vêm todos os penduricalhos depois, que o estado de emergência não exige. Eu não estou aqui defendendo nada errado. Eu só estou defendendo que as pessoas que trabalharam recebam, que as pessoas que foram parceiras na hora que o governo precisava, esse governo agora retribua a parceria não exigindo coisas que não está no contrato, não exigindo nada que

não era previsto no contrato. Então acho que tem que ter transparência em tudo que é tratado com recurso público, cumprindo o papel desta Câmara, de fiscalizar, cumprindo o papel desta Câmara de saber como é feito, de que forma é feito e para quem, principalmente se as casas serão entregues. Ou nós voltaremos ao que era o DEMHAB há um certo tempo atrás, que era meia dúzia só que decidiu quem e quando as pessoas iriam para as residências. Eu acho que é um momento importante para a cidade de Porto Alegre e principalmente para esta Casa, que o nosso papel é fiscalizar. Então não é uma emenda de transparência que vai nos engessar e tirar o nosso direito. Isso tem que acontecer não somente no município de Porto Alegre, tem que acontecer no Estado e tem que acontecer na União, cada um dentro do seu quadrado. O nosso papel é fiscalizar em Porto Alegre. Eu acho que nós temos que fiscalizar e quanto mais transparência nós tivermos, melhor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 012/24.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde, colegas vereadores. Antes de começar a minha fala, eu gostaria de pedir para o diretor Luiz Afonso fazer a projeção ali do WhatsApp que eu lhe enviei. (Procede à apresentação de imagem.) Bom, colegas, minha fala vai ser breve, mas reforço a questão do que nós vivemos hoje em Porto Alegre, nós, como vereadores. A capa do jornal é a notícia do prefeito querendo falar com o Presidente. Olha o nível que nós temos, de um prefeito que quer reconstruir Porto Alegre. Ele manda a notícia de quantos bilhões que vão ser investidos em Porto Alegre, e essa informação nunca foi trazida com transparência para a Câmara de Vereadores. Eu duvido algum vereador saber qual é o valor que a gente precisa para macrodrenagem. E nós já pagamos dois estudos, Ver. Pedro Ruas, com dinheiro público que nunca foi de conhecimento público. Esse estudo está trancado num cofre do prefeito, mas ele coloca no jornal em uma página inteira, cuja

publicidade nós pagamos, ao invés de, como um prefeito sério, que se julga que vai conseguir reconstruir uma cidade poderia fazer, que é articular de maneira séria com governo federal, e não via jornal. Quando a gente chega num momento, Ver.^a Biga, que o prefeito precisa usar o jornal para falar com o governo federal é quando o governo já não governa, é quando o prefeito já não é mais prefeito; ele virou torcedor, e é triste ver isso. Eu vou dizer que é uma situação que me deixa um pouco triste e alarmada, principalmente porque nós temos uma emenda da Ver.^a Biga que traz a transparência para os projetos do governo. A nós, vereadores, veio um decreto do prefeito dizendo que está suspenso o pagamento das emendas, que seriam utilizadas as nossas emendas parlamentares que estão em lei para pagar os desafios que a Prefeitura tem para a reconstrução da cidade. Quantos dados nós tivemos, quantas informações nós tivemos, quanta transparência nós tivemos? Qual foi o valor, Ver. Jonas, investido em cestas básicas? Qual o valor que nós temos? Nós não temos esses valores. Nós não sabemos o número de empresas impactadas, mas nós tínhamos o governo querendo vetar o projeto de lei que colocou investimento para as empresas afetadas. Então a falta de transparência, a falta de dados e a falta de seriedade com que a Prefeitura lida em tamanha tragédia, mas principalmente, Ver.^a Mônica Leal, com tamanho desafio que a Prefeitura tem de reerguer uma cidade que não vai se reerguer sozinha, vai se reerguer com o governo federal, com o governo estadual, com os órgãos de fiscalização, mas principalmente com a Câmara de Vereadores. E nós temos as lideranças do governo sempre vindo aqui polarizar, diminuir o papel de todos nós na articulação política, neste momento, independente do partido político. Por isso eu fico triste de ver a fala da Ver.^a Nádia que tentou até diminuir o valor do Presidente da Câmara, como instituição aqui, e trazendo a seriedade para ela se deter ao fato, à emenda que nós estamos debatendo e não a narrativas políticas, porque com narrativas políticas nós já vamos ter o que a gente já tem hoje, um prefeito que não articula, que até hoje não colocou R\$ 1,00 no bolso do cidadão de Porto Alegre. Até hoje o prefeito de Porto Alegre não colocou R\$ 1,00 no bolso do cidadão de Porto Alegre. O projeto de lei que foi aprovado nesta

Câmara de Vereadores tarda um mês das catástrofes e até hoje o cidadão de Porto Alegre não recebeu, do prefeito, R\$ 1,00. E é isso que nós temos que cobrar e é essa a transparência que nós temos que ter. Depois nós vamos ter demagogia e polarização, o que não resolve a vida do empresário nem do cidadão. Obrigada, vereadores.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Jonas Reis.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, eu faço aqui uma solicitação à liderança do governo, porque a vereadora fez uma fala, se a liderança do governo puder responder para nós quanto custou esse anúncio publicitário, porque a gente poderia desdobrar ele em cesta básica.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, vereador.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 012/24. **APROVADA** por 20 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**.

Passamos à votação do projeto.

Em votação o PLE nº 012/24. (Pausa.) O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente Mauro, eu acredito que o retorno das nossas sessões impôs um desafio profundo para esta Câmara Municipal, de responder à cidade diante dessa crise que é a mais profunda que nós já vivemos. Esta é a expectativa da população, que nós sejamos capazes de responder. E é por essa razão, Ver.^a Biga, que eu tenho evitado me consumir aqui nos nossos debates, nas disputas que normalmente nos marcam, mas eu penso que este projeto e as manifestações que eu tenho ouvido aqui desta tribuna exigem um posicionamento. A primeira questão que eu preciso colocar, Ver. Pablo Melo, é que a bancada do PCdoB votará favorável

ao projeto. Entretanto, Ver. Bosco, eu preciso registrar que esse projeto foi anunciado à cidade como um projeto que compunha soluções para a questão habitacional na nossa cidade. Mas é preciso que se diga, Ver. Oliboni, que este governo não tem sido capaz de apresentar soluções para a questão habitacional na nossa cidade. Vereador Bosco, o Prometas que o prefeito Melo veio aqui apresentar e foi embora, no que diz respeito ao DEMHAB, ao nosso Departamento Municipal de Habitação, na página 34, aponta que o governo tem 100% da meta não atingida. Esses projetos enviados, no que diz respeito à habitação, são contribuições, no máximo, pouco ousadas - pouco ousadas. E aqui as manifestações dos vereadores e vereadoras na tribuna me chamam muito atenção. Há quem suba aqui e diga que a Prefeitura de Porto Alegre não é capaz de ter política habitacional. Eu, quando saí da Vila Funil para ir lá para o Extremo-Sul, acompanhei a entrega, por exemplo, do loteamento Chapéu do Sol, da Vila Teletubbies, um dos símbolos da política habitacional dos governos populares. Eu ouço, muitas vezes, vereadores aqui, na tribuna, dizerem que é o governo federal que tem que resolver tudo. Eu até deixo a provocação: então que entreguem a Prefeitura para a gente governar. Eu ouvi curiosamente algumas manifestações da Ver.^a Comandante Nádia, que me chamaram muito a atenção, vereadora. A senhora, de forma crítica aos anúncios do governo federal, disse, na semana passada, que PowerPoint aceita tudo, fiquei surpreso, porque pensei que a senhora, que é do time do Dallagnol, gostasse bastante de PowerPoints, inclusive. A senhora também, bastante crítica, exigia a presença do Presidente Lula aqui, eu achei, Ver.^a Biga, curioso, porque é o Presidente mais presente na história do País aqui no Rio Grande do Sul. Mas a Ver.^a Comandante Nádia retirou a sua candidatura para apoiar o Mourão, que chegou a dizer que ter uma atuação mais enérgica no Rio Grande do Sul era desvio de função. Eu ouvi vereadores e vereadoras pedindo dinheiro do governo Lula, mas eu não esqueci, Ver. Oliboni, que no primeiro dia de habilitação do auxílio-reconstrução, de R\$ 5,1 mil, quando tinham mais de 40 mil pessoas habilitadas no Rio Grande do Sul para receber o benefício do governo federal, nenhuma era do governo municipal, nenhuma era de Porto Alegre, porque sequer o dinheiro

enviado pelo governo federal a Prefeitura tem tido a capacidade de organizar para que as pessoas recebam. Eu acho que essas questões não podem passar batidas aqui no nosso debate. Poderia falar dos R\$ 5,1 mil que vieram do governo federal, poderia falar do pagamento por dois meses do salário dos trabalhadores e trabalhadoras, que vai atingir 500 mil trabalhadores no nosso Estado e eu poderia falar de política habitacional, afinal, é o governo federal que vai garantir moradia para quem perdeu com as enchentes. Inclusive, recentemente, a Caixa abriu um chamado para a aquisição de imóveis, que talvez a vereadora desconheça. Para encerrar minha fala, a Ver.^a Comandante Nádia veio aqui e disse que votaria a favor de uma emenda sobre transparência, dizendo que era uma questão de coerência, mas vejam a incoerência da vereadora: ela não votou pela transparência. Então, ela vem aqui fazer politicagem, como ela gosta de falar. Talvez um pouco parecido com os amigos dela, por exemplo os filhos do Bolsonaro, que vieram fazer turismo de tragédia no Rio Grande do Sul. Pior do que essa incoerência, Ver.^a Nádia, são aqueles que vêm aqui e defendem Estado mínimo, depois sobem aqui e dizem "o Estado não deu resposta". Essa crise que nós estamos vivendo exige mais Estado e mais política habitacional, coisa que o governo Melo não entregou.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 012/24

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e presencia, nesta tarde, o governo diante de uma tragédia, agora aparece política de habitação. Sete anos que este Município não tem um projeto de habitação de interesse social próprio. Sete anos. Sete anos! Vocês não têm vergonha? Eu pergunto ao governo Melo: não tem vergonha? Está na Constituição a habitação de interesse social. Para que é que nós temos DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação? Eu não vi um concurso para nomear aqueles servidores que fazem falta para fazer projetos. Aí, eles vêm aqui para a Câmara, diante da tragédia, e dizem que 15 mil é muito dinheiro, que vai

quebrar a Prefeitura, que não pode aumentar. Mas o ISS de isenção para os empresários de ônibus da ATP, que mandam nesse transporte podre nesta capital, para eles está mantida a isenção do ISSQN, aí o secretário da fazenda não fala nada, que até o vi aqui. Sobre a isenção para os poderosos, ele não fala nada. Habitação, que era para ter tirado essas pessoas de muitas zonas de vulnerabilidade, como lá na Vila Elisabeth, Asa Branca, no dique do Sarandi, nunca chegaram. Aí, milagrosamente, nesta semana, chegou lá, aí apareceram os secretários. É diante das tragédias que aparece o milagre. Eu até comemoro esse milagre de ver secretários do Melo nas periferias. Mas hoje aqui nos envergonha um governo esmolar recursos, um orçamento de R\$ 11 bilhões. Para dar R\$ 70 milhões de isenção de IPTU para uma empresa que não é daqui, é da Alemanha, que transporta passageiros e cargas, ganhou milhões e milhões e milhões. Só para vocês terem noção, em 2022, a Fraport, que está lá no aeroporto, faturou R\$ 3 bilhões, mas o Melo achou que ela era uma coitadinha, que tinha que isentar a coitadinha. Mas nunca isentou os trabalhadores, os operários das periferias desta cidade. Aí nós vamos votar aqui a favor do projeto, mas a Emenda, que melhorava de R\$ 15 mil para R\$ 30 mil, eles recusaram. Marquem literalmente na paleta este governo irresponsável, que determina pouco para os mais pobres e mantém os privilégios dos mais ricos. Isso é triste de saber que ele vai com o seu chapéu de palha nas periferias, aperta de mão em mão, e a pessoa acha assim: "Bah, o prefeito apertou minha mão, que legal. O prefeito é do povo." Mas aí a pessoa assiste à TVCâmara e vê na votação que o prefeito não é do povo, ele é contra o povo, porque, se fosse a favor do povo, não teria um déficit habitacional de habitação de interesse social nesta cidade. Mais de 70 mil famílias morando precariamente, morando em zonas alagadas, morando na encosta dos arroios, morando na descida dos morros. Ele não veio nenhum dia aqui nesta tribuna defender um programa de habitação de interesse social, não teve coragem, porque ele não tem coragem de defender o povo, ele tem coragem de fazer propaganda paga pedindo dinheiro do governo federal. Não precisa pedir, Sebastião Melo, o dinheiro está vindo, está aí, já R\$ 5,1 mil, as pessoas receberam, e você querendo dar só R\$ 1 mil para as pessoas. Eu

lhe pergunto, prefeito: o senhor não tem vergonha disso? De um presidente dar R\$ 5,1 mil e V. Exa., apenas R\$ 1 mil, mas para a Fraport foram mais de R\$ 70 milhões. Que prefeito é esse? Eu pergunto. Que o dinheiro da Prefeitura para os poderosos não tem limite, é uma torneira aberta; mas para os mais pobres é a conta-gotas, bem devagar, pouquinho, dá um pouquinho para eles, é ano eleitoral, dá um pouquinho, deixa eles ficarem felizes com R\$ 15 mil. Que vergonha! E o transporte, eu quero terminar dizendo, já que eu toquei nesse assunto: tem que voltar a funcionar os ônibus. Vai voltar ou não vai voltar, prefeito Melo? Que está uma porcaria, está um horário como se fosse final de semana, de segunda a sexta. O que é isso? Essas empresas estão arrecadando? Então, assim: falo disso porque estão dando ainda isenção de ISSQN para essas empresas de ônibus, mas não tinha dinheiro para habitação de interesse social. Com todo respeito à secretária da habitação, que está aqui, que é uma pessoa muito querida. Secretária, pula fora desse governo, saia fora, não manche sua reputação com essa gente que não tem interesse com habitação de interesse social, eles não têm compromisso com o povo pobre trabalhador. Saia enquanto é tempo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não há quem queira encaminhar. Em votação nominal o PLE nº 012/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

Em discussão o [PLE nº 011/24](#). (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos a Emenda nº 13, de autoria da Ver.^a Karen Santos e do Ver. Engº Comassetto, ao PLE nº 011/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 13 ao PLE nº 011/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 13 ao PLE nº 011/24.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, solicitando a retirada da Emenda nº 10 ao PLE nº 011/24.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento): Gostaria de solicitar votação em destaque do art. 2º à Emenda nº 04 ao PLE nº 011/14. É uma parte da emenda, como nós fizemos no outro projeto, só que agora, como está em discussão, a nossa orientação foi que poderia pedir o destaque somente da parte da emenda.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vamos ajustar com a diretoria legislativa. (Pausa.) Ainda está em discussão, pode-se fazer uma subemenda.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 011/24.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Presidente, colegas vereadores e vereadoras, o projeto de lei que apresenta o bônus-moradia elevando-o para R\$ 127.980,00, melhora muito em relação ao que é hoje o bônus-moradia. Mas eu gostaria aqui de fazer as seguintes observações: o governo federal está oferecendo para os alagados, para os que perderam suas casas, R\$ 200 mil. O governo municipal está oferecendo R\$ 127.980,00. Eu fiz uma sugestão ao governo, na semana passada, que não foi aceita, de que este valor de R\$ 127 mil pudesse servir de entrada para que o governo federal complementasse os R\$ 70 mil que faltam para ele adquirir o direito do patamar de R\$ 200 mil. Isso não foi aceito, e eu acho um equívoco do governo não aceitar isso, porque aquele que recebe R\$ 127 mil não poderá receber R\$ 200 mil. Quero primeiro fazer essa observação, que é o caso, Ver. Janta, perto da Zona

Norte, da Vila Dique. O dique estava por estourar, fizemos aqui, na semana passada, aquele alerta, o governo foi lá retirar as pessoas corretamente e ofereceu R\$ 127 mil, e lá disse: nós estamos pagando R\$ 127 mil, o governo federal pagará os outros R\$ 70 mil. Não é verdade, não é correto, os programas não se vinculam. Aqui deveríamos amarrar uma vinculação para que ele pudesse adquirir o seu imóvel, utilizando os R\$ 127 mil e completando mais R\$ 70 mil do governo federal para chegar nos R\$ 200 mil. Essa seria a racionalidade. Não está acontecendo isso. Também poderia amarrar aqui que ele poderia, no projeto que nós acabamos de discutir e votar anteriormente, quando votamos ali os R\$ 15 mil, que ele também pudesse utilizar o R\$ 127 mil para dar de entrada numa casa de R\$ 200 mil, com mais R\$ 15 mil, o que vai dar R\$ 142 mil. Para uma casa de R\$ 200 mil, bom ele ficar com 60 ou 70 mil para pagar em 15 anos, também abre outra possibilidade. Então, prezada Simone, nós temos que utilizar todas as possibilidades e artifícios para ter a integração e a complementação. E o que que diz o governo aqui na sua recomendação? Sugere ficar desvinculado o programa do bônus-moradia de qualquer outra lei. Eu ainda quero fazer essa recomendação e esse alerta porque, na regulamentação, pode se trabalhar essas possibilidades de ele servir para a base do programa federal que oferece R\$ 200 mil. Se ele receber 127, queimou a possibilidade de receber outro programa. Mas, se ele servir como base e nós deixarmos na lei que pode servir de subsídio para chegar nos R\$ 200 mil, ele pode trabalhar essa possibilidade. Então creio que não é só dar o 127 mil para ele para dizer: “Bom, agora busca outro projeto”. O que se diz aqui também? No programa do governo federal dos 200 mil, Ver. João Bosco Vaz, a pessoa pode comprar em qualquer parte do Estado. Na Caixa, neste momento, estão se inscrevendo programas em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Bom, este aqui tem essa flexibilidade de poder ser em outro município. Bom, se tem, beleza. A diretora Simone está dizendo que tem. Bom, mas, se a casa for de 200 mil, ele não pode, ele só utiliza os 127 mil. Então nós teríamos que construir aqui, no meu ponto de vista e deixo essa sugestão, que, no mínimo na regulamentação, que ele possa utilizar esse bônus-moradia, que é um bom bônus, para chegar em um patamar do governo federal.

Nós temos que conversar aqui sobre os programas – eu concluo, Ver. José Freitas, mas conversar à mesa, não é botar matéria paga no jornal dizendo o seguinte: “Nós precisamos de tantos milhões do governo federal”. Não é assim que se faz num momento como este de calamidade, não é assim. Muito obrigado.

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 011/24.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Eu vou usar daqui de baixo mesmo, por que não precisa de muito tempo para dizer para o engenheiro que seria ótimo se isso fosse uma política efetiva do governo federal, mas isso é só para emergência. E esse projeto que votamos agora é uma política de Porto Alegre não só para emergência, mas, no decorrer, é uma lei de 2012 que nós estamos alterando. Então isso é para todos - isso é para todos -, não é só emergência. Então, o ano que vem, se a pessoa quiser comprar um imóvel, ela pode comprar e não terá os R\$ 200 mil do governo. Então, a pessoa tem duas opções, na emergência, agora, pega os R\$ 200 mil do governo e, depois, no ano que vem, se resolver, pega o 127 do governo.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Feito o registro, Ver. Claudio Janta. Ver. Comassetto.

Vereador Engº Comassetto (PT): Como fui eu que falei e levantei aqui o debate, obviamente que eu estou falando da emergência. Mas isso aqui é perene, pode ser utilizado depois. O que eu estou querendo dizer é que poderemos também usar esse artifício agora na emergência e depois ele ter continuidade. Esta foi a intenção da minha fala.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Ver. Comassetto.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 011/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão. Vejam a ginástica do governo Melo para dar pouco à população. Enquanto, no governo federal, é R\$ 200 mil de bônus, no governo municipal muito menos. E é aqui que acontece a vida na cidade, mas para isso, o pai Lula serve; antes eles iam lá, a turma do governo Melo contra o Lula: "Lula não, Lula não! Quero o Bolsonaro, quero Bolsonaro!" Agora é o Lula, é o Minha Casa, Minha Vida, é os programas para restabelecer uma suposta ordem na cidade aos mais vulneráveis, aí serve; aí, governo federal, por favor! O prefeito botar uma propaganda paga dizendo que pediu dinheiro ao governo federal? Mas não tem vergonha mesmo, não tem vergonha! Eu fico escandalizado com o que a gente vê na capital. O dinheiro do cofre público para as isenções aos poderosos, sempre tem; agora, aos trabalhadores mais vulneráveis, que perderam tudo, é uma mixaria de bônus. Como é que pode, eu queria entender como é que vocês conseguem, como vocês conseguem, vocês do governo Melo, expliquem para mim, venham aqui, no microfone de aparte, expliquem para mim, por favor, expliquem essa capacidade de vocês de, na rede social, falar mal do Lula, e aqui falar bem do Melo que quer dar uma mixaria. Agora, para a ATP, continua mais de 10 anos de isenção de ISSQN. Para as empresas de ônibus, ninguém fala nada, uma baita isenção, sucata circulando na cidade; agora, para dar um bônus-moradia de R\$ 200 mil para a população, não querem. A Prefeitura não tem dinheiro, não tem dinheiro, coitadinha dessa Prefeitura, mas eu tenho pena, sabe que eu fico sentido que a Prefeitura agora não tem dinheiro, mas sempre deu isenção de impostos para toda e qualquer empresa, estrangeira inclusive. Eles não têm coragem de vir aqui defender, eles não conseguem, podem olhar, está vazio, aqui é só vereadores nessa mesa aqui, é só vereadores da base do governo, tinha que ter seis aqui. Eu não vejo nenhum! Por que que eles não sobem aqui. Eu vou ver o voto deles lá na emenda, que é para equiparar

o bônus-moradia ao governo federal. Nós queremos padrão Lula, que é R\$ 200 mil. Quem não vai querer padrão Lula? Eu quero ver. Agora, o Lulinha é uma maravilha. O Lula não olha partido mesmo, não olha, ele recebeu o Melo, ele recebe. Agora, tem coisas que a gente ainda não entendeu nessa capital. Eu quero entender. O Lula trouxe para cá, de avião, foi feita uma arrecadação, doações, 50 purificadores de água; ao todo eles purificam 250 mil litros de água por dia, 5 mil litros cada um. Eu estou procurando até agora onde o Melo instalou os 50 purificadores de água. Eu estou procurando! Eu quero saber qual secretaria que colocou como patrimônio. Vocês vereadores viram algum purificador funcionando? Isso é dinheiro federal que foi gasto. Onde são os purificadores que vieram? Foi aeronáutica que trouxe. Estão purificando água onde? Ou estão guardados em caixas? Aí, é fácil pedir dinheiro para o Lula. "Lula, me dá dinheiro". Mas cadê os purificadores? Já foram trazidos, gastamos um dinheirão em transporte. Felipe Neto e Janja fizeram uma campanha: 50 purificadores. Hoje, ninguém pode passar sede na capital! Ver. Pablo Melo, querido Ver. Pablo Melo, o senhor sabe – estou lhe comunicando aqui se não sabia –, são 50 purificadores, não pode faltar água nesta cidade. Agora, também não pode faltar moradia digna. O secretário Cezar Schirmer está aqui, nos abrilhanta nesta tarde; por favor, secretário, oriente essa base aí a não ser mesquinha, porque, quando era para dar isenção aos poderosos, eles botavam o voto na urna "sim" à isenção do IPTU para as grandes empresas. Agora, eu quero ver se vocês vão votar na nossa emenda que equipara o bônus-moradia municipal em R\$ 200 mil. Será que vocês vão ser generosos com o povo trabalhador, com o povo que há muito tempo espera? São 70 mil pessoas na fila que moram em áreas de risco – esse levantamento é de vocês, da Prefeitura, não é meu. Para encerrar, então, por favor, sejam, neste momento, generosos com o povo que paga os impostos e que merece moradia digna. Vamos ver se vocês vão ter esse apoio, esse voto "sim" ao povo. Chamo vocês para essa obrigação, esse dever.

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB): Posso fazer uso da palavra rapidamente?

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Os vereadores que estão acompanhando *online* não podem falar, Ver. Moisés.

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB): Obrigado, Presidente, era essa a minha dúvida. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprecio a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. José Freitas, à Emenda nº 04 ao PLE nº 011/24.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que a Subemenda nº 01 à Emenda nº 04 ao PLE nº 011/24 seja votada em destaque.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Feito o registro, vereadora. Em votação o requerimento a dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 04, ao PLE nº 011/24, às Comissões Permanentes.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação o requerimento, de autoria do Ver. José Freitas, a dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 04, ao PLE nº 011/24 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 011/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 21 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só um esclarecimento: a Emenda nº 02 foi retirada e a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Jonas Reis, tem o mesmo teor da Emenda nº 07. Logo, a simples apreciação da Emenda nº 03, sendo aprovada ou rejeitada, prejudica a Emenda nº 07.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Está esclarecido.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Diretor Luiz Afonso, se a emenda fosse aprovada, teria prejudicialidade; se ela não for aprovada, eu posso até argumentar as diferenças que existem entre uma e a outra.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É que não tem nenhuma diferença, vereador, elas são literalmente iguais. A 07 e a 03. Elas têm a mesma redação.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ah, tudo bem.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É só nesse caso específico, quando a redação é idêntica.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Esclarecido então.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 011/24. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Presidente, colegas vereadores e vereadoras, senhoras e senhores que nos assistem aqui pela TVCâmara, diretora do DEMHAB aqui presente. Este tema é um tema recorrente aqui nesta Casa, Ver. Pablo Melo. Ver. Sossmeier, esse é um tema

recorrente – Ver.^a Mônica Leal – que é destinar as áreas públicas municipais que servem para habitação para realizar habitação. O que o atual governo está fazendo? Está vendendo essas áreas sem destiná-las prioritariamente para habitação. Ver. João Bosco Vaz, o senhor lembra, nós votamos aqui, em 2010 ou 2012, um projeto do governo que desapropriou um conjunto de áreas para assentar 1.500 famílias aqui do eixo da Cruzeiro. Até hoje, não foram desenvolvidos projetos nessas áreas. Então, nós temos que destinar essas áreas agora para desenvolver projetos ali, captar os recursos que têm do governo federal – porque a Caixa, neste momento, está cadastrando projetos – e colher esses subsídios federais para poder desenvolver projetos. Tudo acontece no território do Município. Neste exato momento, Ver. Conselheiro Marcelo, você que é de uma das zonas mais alagadas, Humaitá e Farrapos, neste momento, tem 14.500 pessoas ainda abrigadas. Quantas habitações novas teremos que construir em Porto Alegre? Inscritos até agora, neste momento, no programa da Caixa Econômica Federal, Porto Alegre tem menos de mil imóveis. Então esse programa não pode e não será somente de curto prazo; ele é curto prazo, médio prazo e longo prazo. Então, nas áreas públicas municipais, o que faremos com essas áreas num momento de calamidade? A medida mais inteligente, mais apropriada, mais concordada que pode ter aqui entre todos nós é verificar aquelas áreas que têm condições de urbanismos, que estão em áreas seguras, e destiná-las. E aí elas são destinadas para quem? Não é para o morador ou para o governo federal, é o próprio Município que oferece para desenvolver projetos numa relação com as entidades ou numa relação com as empresas, dentro dos programas existentes. Recurso existe do governo federal, o que não existe são áreas adequadas em Porto Alegre, Ver.^a Mônica. Então essas áreas que estão dentro do perímetro urbano, e eu cito de novo o exemplo da Tronco, que nós desapropriamos ali área para assentar 1.500 famílias que estão lá devolutas hoje, inclusive correndo o risco de serem ocupadas por moradores e nunca mais consegue se aproveitar essas áreas dentro de um processo inteligente, falando de urbanidade. Nós não temos só que construir casa, nós temos que construir cidade, a casa com os recursos

urbanos, com os serviços sociais, sejam eles da educação, habitação ou assistência social. Então o poder público municipal está realizando leilões dessas áreas para vender. Algumas nós temos acordo, nesgas, prédios que já estão ocupados por comércio há muito tempo, adequá-los é necessário. Então o que nós estamos fazendo aqui, e a diretora do DEMHAB está aqui na minha frente, é oferecer para que o DEMHAB faça essa relação e diga... Dos 1.500 próprios públicos municipais hoje, Ver. Adeli, tem 1.500, mais precisamente 1.480 próprios públicos municipais, entre prédios, entre apartamentos, entre salas e entre áreas desocupadas. Identifica quais servem para um projeto de um Retrofit nos prédios, ou seja, reconstruir para habitação, e nas áreas desocupadas oferece para projetos novos. Então essa medida aqui, Ver. Cassio Trogildo, Ver. Cezar Schirmer, ou secretários, melhor dizendo, vereador no caso do Cesar, que é nosso colega aqui também, é um programa que fica na gestão do Município e abre uma porta para que o Município... Ver. João Carlos Nedel, que está aqui, que assessora o DEMHAB hoje: há quantos anos nós lutamos para que as áreas de propriedade do Município que sirvam para habitação possam ser destinadas para habitação? Não sou eu que vou dizer quais são as áreas, não é um vereador de oposição ou de situação que vai dizer quais são as áreas, é o Departamento Municipal da Habitação. O Estado, com o secretário Carlos Gomes, está, neste momento, fazendo isto, mapeando as áreas do Estado para destinar para habitação. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 011/24, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente em exercício, eu, na verdade, quero usar a palavra para chamar a liderança do governo a se pronunciar sobre este tema, porque, Ver. Culau, a proposta é uma proposta básica de que o governo contribua com uma política de habitação. É uma proposta muito simples, e o governo não se pronuncia. Se nós formos pela

lógica das emendas que foram votadas aqui, esta emenda vai ser derrotada, porque, nesta sessão, na sessão de hoje, se teve uma certa recomposição da base do governo, que eu não sei se dura na semana que vem, mas, nesta sessão, teve. Por que isso é preocupante? Porque, quando a base do governo está unificada, em geral os projetos progressistas que ajudam o povo não são aprovados. Quando a base do governo se unifica, eles se unificam, em geral, para aprovar políticas públicas que não garantem o atendimento aos direitos, às reivindicações do povo. E essa emenda, de autoria do Eng^o Comassetto, que é especialista na área de habitação, ela destina imóveis ao programa de recuperação de Porto Alegre na área municipal, e nós estamos falando em mil imóveis, mil imóveis que podem ser utilizados, quando nós temos milhares de porto-alegrenses sem moradia. E eu não vejo o governo municipal... Eu sei que o governo está em crise, o governo está em crise, o governo Melo está quase que um desgoverno. E é ruim, mesmo quando se é oposição, é ruim quando a gente vê que a cidade praticamente não tem governo, porque a gente não tem nem para quem apelar, porque a oposição não pode governar. Os vereadores não podem governar diretamente, os vereadores podem fiscalizar, podem fazer propostas, mas é ao governo que cabe governar. E nós, parece que não temos governo, parece que nós temos um desgoverno. Não há o menor interesse do governo em apresentar propostas que garantam que a Prefeitura contribua com o processo de reconstrução e permita que nós tenhamos rapidamente um número importante de moradias para garantir o direito à moradia das pessoas que perderam tudo. E é isso que eu chamo a atenção para que os vereadores do governo se pronunciem e espero que muitos vereadores do governo, que estão percebendo que existe uma crise e um certo desgoverno, atuem para que a Câmara Municipal facilite e aprove uma emenda que colabore no processo de reconstrução e colabore na garantia de que as pessoas tenham a sua casa, a sua moradia. Nós temos milhares de pessoas que perderam a moradia. Esta emenda basicamente sugere que o governo municipal destine mais de mil áreas entre terrenos, apartamentos, prédios que não estão cumprindo uma função social e que, com uma emenda dessas aprovada, passam a cumpri-la. Esse é o

sentido da emenda, e eu espero que os vereadores da base do governo preocupados com a cidade votem pela sua aprovação. Muito obrigado.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pela Ver.ª Cláudia Araújo, a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 011/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA**, por 10 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em razão da rejeição da Emenda nº 03, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 está prejudicada, e também, por identidade de redação, a Emenda nº 07.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 011/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 04, ao PLE Nº 011/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 011/24. (Pausa.) A Ver.ª Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Presidente Mauro. A nossa bancada ofereceu a esta Casa uma emenda que visa dar a condição de promovermos aqui a estabilidade aos núcleos familiares chefiados por mulheres. Hoje, nós temos a estatística de que mais de 50% dos lares são chefiados por mulheres, mulheres cuidadoras que cuidam das pessoas idosas, das pessoas enfermas, das pessoas com necessidades especiais, e a prioridade

que aqui nós pedimos trata exatamente de fazer essa reparação, porque são as mulheres que frequentemente enfrentam os desafios. Faz-se necessário que a gente trabalhe a questão da equidade. Não são só mulheres com filhos de até 14 anos que são chefes de família, nós temos mulheres que cuidam de pessoas idosas e que são protagonistas durante todo esse processo que nós estamos vivendo dessa calamidade. São as mulheres que estão à frente, seja nos abrigos, seja na busca de doações e na entrega das doações, seja criando abrigos específicos, lavanderias, cozinhas comunitárias. São as mulheres que têm tido essas iniciativas. Portanto, nós precisamos fortalecer esse núcleo familiar, que é chefiado por mulheres, e aqui a nossa contribuição é trazer a esta Casa a prioridade exatamente para as mulheres que são chefes de família. Essa é a nossa intenção, e pedimos a todos os colegas que votem favoravelmente a uma situação que não diferencia, é só uma questão de equidade, dando, portanto, prioridade para as mulheres chefes de família que cuidam dos pais e de outros familiares. É isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 011/24, pelo governo.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Sr. presidente, eu gostaria somente de reforçar na Emenda nº 05, da bancada do PCdoB, que a liderança do governo orienta votar "sim". Os vereadores que entendam a necessidade. Eu, como vereadora mulher, vou votar "sim", porque eu acho que as mulheres, sim, têm que ter prioridade. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 011/24. Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

A Emenda nº 06 foi retirada. A Emenda nº 07, do Ver. Claudio Janta, está prejudicada pela aprovação da Emenda nº 03.

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Emenda nº 03 foi rejeitada, e a tua, como tem o mesmo teor, também foi rejeitada.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 011/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 011/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 11, destacada, ao PLE nº 011/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 12, destacada, ao PLE nº 011/24. (Pausa.) O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a matéria.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente Mauro, demais colegas vereadores e vereadoras; essa emenda, Ver.^a Cláudia, assim como as demais que a bancada do PCdoB aprovou na tarde de hoje, tem como objetivo colaborar com o projeto apresentado pelo Executivo. Em primeiro lugar, ela retoma o critério de habitabilidade como elemento a ser analisado nos imóveis que serão adquiridos a partir da política em questão. O segundo elemento dessa emenda, Ver.^a Cláudia Araújo, é que nós possamos ter a retomada da previsão de prioridade de análise a partir dos técnicos da Prefeitura para avaliação também dos imóveis que serão adquiridos pela política. Por fim, mais uma vez nós trazemos aqui o elemento de transparência na política a partir da emenda. Por isso nós pedimos não só o voto dos vereadores da oposição, dos quais nós já contamos com apoio, mas também o apoio de todos colegas vereadores e vereadoras. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 012, destacada, ao nº 011/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 23 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 13, destacada, ao PLE nº 011/24. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a matéria, como autora.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, colegas, vereadores, subo nesta tribuna para encaminhar a construção desta emenda. Primeiramente, quero iniciar a minha fala saudando a ocupação Maria da Conceição Tavares, que ocupa o prédio do antigo INSS localizado no Centro da cidade de Porto Alegre, um prédio que está, há décadas, abandonado, mostrando para essa Prefeitura que, até agora, a gente tem uma lei aprovada, que destina os imóveis vazios no Município para regularização fundiária, priorizando as pessoas que foram impactadas pela enchente. E os movimentos sociais, junto com a população atingida, está tendo que partir para a ação direta para questionar os abrigos indignos que vêm sendo oferecidos, as propostas de cidade de lona e também os albergues, os abrigos que vêm vitimizando, cada vez mais, o nosso povo tão sofrido. Então, quero saudar essa ocupação e saudar a iniciativa do nosso povo, porque a gente vem colocando há mais de um ano nesta tribuna, que Porto Alegre não tem problema de moradia. Nós temos imóveis vazios sobrando, e, nesse sentido, de uma lei que já foi sancionada pelo prefeito Melo, que prioriza os imóveis do Município para regularização fundiária das vítimas da enchente, nós queremos fazer esta emenda para alertar o Município de Porto Alegre, o prefeito Melo de que haja suspensão dos leilões. De nada adianta a gente não ter ainda a listagem dos imóveis que estão disponíveis e aptos para moradia, e quero aproveitar que o secretário André Barbosa está presente na Casa, a gente fez, André, há mais de um mês, um pedido de informações. A gente precisa ter acesso a isso para democratizar a informação e a gente conseguir pensar juntos alternativas dignas, viáveis e

imediatas para a população que está tendo que ocupar, por sua conta, os prédios do Município, porque novamente a Prefeitura está sem iniciativa para política de regularização fundiária. Pedimos a suspensão, então, de todos os leilões para política de habitação, bem como para instalação de equipamentos públicos. A gente sabe que a escola Liberato Salzano, na Zona Norte, no Sarandi, está localizada em cima de uma área de risco, talvez seja uma das escolas, equipamento público, que vai ter que ser reorganizada, removida; enfim, é uma construção que tem que ser feita junto à comunidade escolar. Para isso a gente tem que ter opções de imóveis, de terreno; se a Prefeitura seguir vendendo tudo, nessa situação de calamidade, a gente não vai ter alternativa para apresentar. Ontem mesmo, eu fui fiscalizar; o Conselho Tutelar da região Centro-Sul, nós tivemos mais uma sede do conselho tutelar - temos o Partenon e da região Centro-Sul que foram interditados pela defesa civil, que também precisam de algum imóvel, público ou privado, locado, enfim, precisa de uma alternativa por parte dessa Prefeitura. Então, há uma demanda por moradia, há uma demanda de instalação de equipamentos públicos. E essa emenda é no sentido de que haja suspensão imediata de todos os leilões daquilo que é do povo. E a gente consiga ter tempo para conseguir se destinar e decidir coletivamente quais são os rumos desses imóveis e desses terrenos. Peço apoio dos vereadores da base do governo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 13, destacada, ao PLE nº 011/24.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Prezado Presidente Mauro Pinheiro, meus colegas vereadores e vereadoras, prezada Ver.^a Karen, que apresentou a emenda como líder aqui, a qual tivemos o prazer de subscrever também. Eu quero dizer que uma das minhas maiores frustrações nesses 20 anos como vereador é não ter visto nenhum programa sério de habitação ou de regularização fundiária que tenha acontecido aqui nesta Casa, ou que tenha

acontecido pela administração, pelas administrações que passaram nos 21 anos, Ver. Márcio Bins Ely. O prefeito Melo veio aqui no início do ano e apresentou o desempenho das secretarias. Observem vocês o desempenho do DEMHAB em termos de habitações novas - entregou zero habitação nesses últimos quatro anos, zero. E o que nós estamos sugerindo aqui é justamente contribuir para que o DEMHAB faça habitação.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): É verdade, os assessores estão ali exclamando. Foi o Melo que apresentou aqui. Zero o desempenho do DEMHAB com habitações novas construídas nos últimos quatro anos. É por falta de área? Se for por falta de área, o secretário André está aqui, nós não estamos sugerindo todas as 1.480 áreas públicas ou bens públicos da Prefeitura, nós estamos sugerindo algumas que sejam qualificadas para acolher, neste momento mais triste da nossa cidade e do Rio Grande do Sul, essas famílias que perderam tudo. Aí votam contra porque a sugestão é nossa. Simplesmente votam contra, não querem discutir, não querem analisar. E aí, eu me referi ao Ver. Conselheiro Marcelo, que é da zona mais alagada, onde tem área pública; me referi aqui ao meu colega lá de Belém, Gilson Padeiro, que tem inúmeras áreas públicas, que sabe onde estão; eu me referi aqui ao Márcio Bins Ely, que trabalha o tema imobiliário; eu me referi aqui ao Pablo Melo, que sabe do problema; aí não votam as áreas públicas para destinar para a habitação por birra, Ver. Cassiá. Eu não entendo isso, isto aqui é um Parlamento, é lugar de a gente conversar, sugerir, analisar, verificar a possibilidade. Aí, se vem do Ver. Pedro Ruas, é contra; se vem do Ver. Prof. Alex, é contra; se vem do Ver. Adeli ou da Ver.^a Karen, é contra; se vem do Comassetto, é contra, pode ser a melhor proposta do mundo. Eu não vejo onde que está o espírito de contribuição e/ou solidariedade de um Parlamento que se nega a analisar propostas boas para enfrentar a calamidade, propostas boas para enfrentar a calamidade. E o que nós estamos dizendo aqui? Observem os leilões que estão sendo realizados,

peguem as áreas que servem para a habitação e destinem para a habitação. Inclusive, Ver. Mauro Pinheiro, já quero fazer um pedido de informações aqui à diretora do DEMHAB, para que nos forneça todos os prédios públicos, residências e salas que podem, nesse momento, ser destinados para habitação do interesse social para acolher essas famílias. Pedido de informações aqui da tribuna. A população precisa saber! Porque tem milhares de bens públicos do Município que podem ser destinados para habitação de interesse social. Agora, o que que nós vamos fazer? Nós vamos aqui continuar falando e defendendo aquilo que é correto, sob o ponto de vista da política e dos bens públicos da cidade.

Eu concluo, Sr. Presidente, reafirmando que o prefeito Melo veio aqui, apresentou o desempenho das secretarias e o DEMHAB, nesses quatro anos, realizou zero de habitação para entregar para a população. E agora nós estamos oferecendo aqui uma possibilidade para que isso seja aplicado, não querem aceitar. Já sabemos que vamos perder essa emenda, de novo. Um grande abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 13, destacada, ao PLE nº 011/24. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Registro a intenção do Ver. Jonas Reis de votar "sim".

Vereador Engº Comassetto (PT): Sr. Presidente, é só um ofício que eu encaminhei, é um pedido para que o DEMAHB nos informe quantos imóveis tem construídos em condições de oferecer, neste momento, em função da calamidade. E também queria dizer a todos vereadores que coloquei no grupo para todos ali, o que eu prometi da tribuna, o Prometa apresentado pelo prefeito Melo; zero por cento realizado, do DEMHAB, nos últimos quatro anos. E as nossas contribuições, infelizmente, a maioria rejeita.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, Ver. Comassetto.

Em votação o PLE ° 011/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLCE nº 008/24](#). (Pausa.)

Vereador Adeli Sell (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Adeli Sell. (Pausa.)

Enquanto isso, o Diretor Legislativo vai fazer alguns apregoamentos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nºs 01 e 06, de autoria do Ver. Claudio Janta, ao PLCE nº 008/24,.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 01 e 06 ao PLCE nº 008/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento, de autoria do Ver. Claudio Janta, que solicita votação em destaque para as Emendas nºs 01 e 06 ao PLCE nº 008/24.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLCE nº 008/24.

Apregoamos a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLCE nº 008/24.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria da Ver.^a Mônica Leal e do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLCE nº 008/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLCE nº 008/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 03 ao PLCE nº 008/24.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 ao PLCE nº 008/24.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Roberto Robaina e do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLCE nº 008/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLCE nº 008/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 04 ao PLCE nº 008/24.

Apregoo a Emenda nº 05 de autoria do Ver. Jonas Reis, ao PLCE nº 008/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLCE nº 008/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Aprego a Emenda nº 07 de autoria do Ver. Tiago Albrecht, ao PLCE nº 008/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 07 ao PLCE nº 008/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Aprego o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 07 ao PLCE nº 008/24.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, à Emenda nº 02 ao PLCE nº 008/24.

Aprego requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCE nº 008/24.

(Finalizada a verificação de quórum.) Há quórum.

Continuamos a discussão o PLCE nº 008/24. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/24.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste na TVCâmara e presente neste plenário, a questão já foi abordada na tribuna em outros projetos e certamente em todos os parlamentos do mundo. Eu digo, Ver. Adeli Sell, que gentilmente me cedeu a preferência aqui na tribuna, Ver. Robaina, Ver. Jonas, Ver. Comassetto, que a constituição de um fundo onde só quem o constitui ou com outras forças, mas só uma parte pode geri-lo sem prestar contas é um verdadeiro escândalo, com todo o respeito. E se não é um escândalo no início, será um escândalo logo após. E nem é bom para o governo que possa ser observado que não tenha que prestar contas, porque o governo não controla, pelo menos o prefeito sozinho não, o conjunto das pessoas que atuam ali, mesmo sendo do mesmo lado, mesmo sendo do mesmo partido político ou da mesma posição ideológica, não controla. E pode ter problemas gravíssimos que poderiam ser evitados com uma transparência, com certeza, com uma prestação de contas, tenho absoluta convicção. A nossa posição, ela é, claro, em favor da sociedade, Ver. Adeli Sell, por óbvio, mas ela acaba servindo ao governo, se fosse minimamente inteligente nesse aspecto, porque, quanto mais transparente é o fundo ou o conjunto de valores que eu administro, melhor para mim, pois mais pessoas acreditarão, maior contribuição existirá, maiores investimentos poderei fazer. O governo não pensa assim. O governo quer amealhar recursos, ter o fundo, não dar transparência e não prestar contas. Isso é um absurdo, é inaceitável. Fica aqui a nossa posição, Presidente Mauro Pinheiro, de contrariedade não apenas com a ideia contida no projeto, mas, sim, com uma linha geral de governo, que é essa de esconder informações. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/24.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mauro Pinheiro, colegas vereadoras, vereadores; a base do governo acha que aqui tem um lado coalhado de cordeiros. Não, aqui não tem cordeiros. Pode ter uma boiada para alguns,

mas cordeiros não. Quando a gente pede tempo para debater, vai ao encontro da base do governo e apresenta emendas, que são emendas que só poderiam ajudar a municipalidade, todas as nossas emendas visavam a ajudar a comunidade. O governo votou contra absolutamente todas as emendas da oposição e quer colaboração. Como nós vamos reconstruir Porto Alegre com sectarismo? Querem reeditar a guerra civil de 1893/1895, entre chimangos e maragatos. Nós não servimos a ser nem chimangos nem maragatos, e nós não vamos entrar numa grenalização entre situação e oposição. Não percam o seu tempo! Vocês perderam, na semana passada, uma parada dura aqui e se dividiram. Fizeram um acordo. Se for um acordo político, tudo bem, tenho minhas dúvidas. Tenho minhas dúvidas sobre a ação do governo, porque nós, desde o início, desde a primeira reunião com o prefeito lá no hotel, nós propusemos um fundo. O Robaina, pela oposição, formatou a ideia do fundo. Vocês não querem. O governo não quer, o governo não quer transparência. Iniciaram com um Pix mixuruca, como o Leite começou com outro Pix mixuruca, e nunca foi feita uma prestação de contas para todo mundo. Quando nós pedimos prestação de conta da cesta básica, nós não tivemos nenhuma prestação de contas. Nenhuma prestação de contas. E querem nos colocar de joelhos, querem nos colocar uma matilha de cães, como se a gente fosse cordeirinho, para entrar no brete e para ser sacrificado. Não contem conosco. Vocês já sacrificaram o povo demais, não foram competentes em arrumar a cidade. Deixaram R\$ 400 e poucos milhões no caixa do DMAE e agora o prefeito pede R\$ 500 milhões, R\$ 500 milhões agora! Ou seja, tinha em caixa R\$ 437 milhões. Se o Marchezan não tivesse perdido R\$ 121 milhões, teria sobrado dinheiro. Tem responsáveis, sim; tem culpado, sim. E não pensem que o escárnio que o diretor-geral do DMAE fez aqui, naquela reunião *online* vai passar batido. Os processos estão correndo. Várias pessoas estão fazendo e, dele, eu faço questão de colocar na segunda-feira, na CPI, a mentira praticada aqui. Mentira em CPI é crime. E o que o diretor do DMAE continua fazendo também vai levá-lo à barra da justiça. Nós queríamos ajudar e nós vamos ajudar, mas nós vamos passar por cima da mediocridade do governo, da sua incompetência, porque nós vamos fazer com

que os recursos federais sejam mostrados, carimbados. E não adianta, tem dois, três vereadores, vereadoras que vêm aqui o tempo inteiro. "E o governo federal não sei o quê...", uma choradeira ridícula de quem não tem o que falar, não tem proposta para a cidade. Nós temos proposta de desenvolvimento para a cidade. Sobre o RecuperaPOA 2024, é pífio, nós vamos votar favoravelmente para não depois dizerem que a gente foi contra a recuperação fiscal, mas isso aqui é insuficiente. Diziam que era insuficiente o Pronampe, quem de vocês ajudou a escrever o documento que está lá no BNDES, e que levou - este documento que nós ajudamos fazer - os responsáveis do BNDES a virem a Porto Alegre. E nós temos o primeiro Pronampe para os micro e pequenos, vai sair agora um Pronampe bojudado, importante para recuperar o Rio Grande do Sul. Nós vamos ajudar o Rio Grande do Sul e Porto Alegre, o problema é que vocês não querem ser ajudados. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que assiste esta sessão, vereadores que acompanham, Ver.º Engº Comassetto, Ver. Adeli Sell, Ver. Pedro Ruas, Ver. Roberto Robaina, Ver. Prof. Alex, Ver.ª Biga Pereira, Ver. Giovanni Culau, Ver.ª Karen Santos, Ver. Oliboni; é de cair os butiás do bolso: a cidade às moscas, literalmente. Agora, apareceu um programa de recuperação fiscal 2024, no apagar das luzes de um governo apodrecido de tanta lama, lodo, sujeira, agora o lixo. Abriram lixões por toda parte, e ele ainda disse para o jornal, Sebastião Melo disse: "Não tem hora pra acabar, não tem hora para fechar". Lixões clandestinos, está aí a solução deles. Aí eles vêm para cá com um programinha desses? Não têm vergonha? Pedro Ruas, eles atualizaram o conceito de falta de vergonha, de abandonar a população. Primeiro, não fizeram as obras, estava lá mais de 100 páginas, os engenheiros, os técnicos disseram que tinha que consertar as casas de bomba 3, 17 e 18. E o Melo pegou, o governo Melo pegou aquele documento, "bota aqui para baixo da gaveta, deixa

para lá, não vai chover.” E veio a chuva. E não só a chuva, veio a água descendo das serras, dos vales. Alagou a cidade. E aí ele diz assim: “É a natureza.” Agora é a natureza, mas o processo SEI, lá, não tinha nada natural. Natural era ouvir os técnicos. Mas quem é negacionista climático não dá bola. Agora está ele ali ó: “Vamos ter que ter dinheiro para recuperar a cidade.” Vocês acreditam nisso? É coletiva em cima de coletiva. Eu não aguento mais ouvir Sebastião Melo; é na rádio Gaúcha, é na rádio Guaíba, é na RBS, até no Jornal do Almoço ele conseguiu espaço. Ficou conhecido. É o homem da enchente. Ficou conhecido. Antes era o chapéu de palha, aquela figura pitoresca, que é um personagem, né?! A mim não enrola com aquele chapéu de palha. Porque eu conheço Sebastião Melo há muito tempo, desde quando era vereador. Na eleição, para o povo era beijinho, beijinho; depois a eleição era tchau, tchau. Como aquele programa antigo. E agora é isso. Agora eles estão na hora do tchau, tchau para o povo, que, no alagado, eles ficam segurando o dinheiro, eles seguram o dinheiro para o povo trabalhador. Eles seguram! Eu não sei o que é isso. É governo ou é banco? Eu queria entender, porque o banco segura o dinheiro, o banco tem que dar juro. Agora, o povo trabalhador não consegue receber uma cesta básica, Ver. Pablo Melo? Explica o que é que aquele cidadão lá, que eu nem sei como é o nome, que está como diretor da FASC, acho que é do partido de vocês, não sei qual é o partido, é tanto partido, se pipocaram aí. Uma proliferação de partidos de extrema direita que eu nunca tinha visto. Cada cadeira é um partido. Aí eu fico pensando, estão lá na FASC é não conseguem entregar cesta básica para a população. Dizem que as cestas básicas estavam sendo entregues na subprefeitura. Eu não acredito nisso. Eu larguei lá no Ministério Público, porque é um escândalo subprefeitura entregar cesta básica! CC entregando cesta básica? Aí fica a pergunta aqui, até quero que vocês respondam, isso tem a ver alguma coisa com a eleição? Cesta básica com eleição? Eu queria entender. Agora, é claro, a gente tem que apoiar a população aqui, mas o governo, que deveria ter apoiado, não apoiou. Ele não apoiou. Eles perderam R\$ 121 milhões para a drenagem da cidade para guardar a cidade; segurança. Nem segurança. Aí ele botou um secretário lá, nomeado, que pula

no asfalto. Agora ele está pulando lá no Sarandi. Pulava no asfalto. O que é isso, gente? Era o rei do asfalto. Asfalto não enche barriga. Agora, a gente está tendo que pegar o dinheiro da Prefeitura para poder ajudar quem perdeu o emprego e perdeu tudo. Então, isso aqui é o mínimo, recuperação fiscal é o mínimo para ajudar a população. Mas é muito fácil, né? É muito fácil ser governo Melo, basta fechar os olhos para a realidade, e aí joga o pepino aqui para a Câmara para a gente resolver.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/24.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores, vereadoras e o público que acompanha a nossa sessão nesta segunda-feira. Essa iniciativa de excluir os fundos para, em tese, constituir um outro fundo para ajudar as vítimas no caso agora recente das enchentes tem, em tese, um enorme cunho social, mas não precisa excluir determinados fundos, que inclusive dialogam com os mesmos segmentos atingidos pela enchente. Essa é a grande realidade. Esse projeto de lei está muito equivocado, me desculpem os senhores. É o mesmo projeto que o governo anterior, governo Marchezan, fez com a retirada, a exclusão dos fundos para colocar num outro programa, que, por sua vez, não viabilizou, não constituiu. Eu falo, por exemplo, do Funcultura. Uma das categorias mais atingidas não foram os da comunidade artística? Foram, e estão assistindo nossa sessão desta noite. Foram profundamente atingidos, e que, até hoje, muitos deles podem não ter tido a casa alagada, mas foram atingidos, porque há mais de um mês estão sem nenhuma ação concreta do governo. E o governo agora quer tirar, Ver. Alex, R\$ 7 milhões, mais de R\$ 7 milhões do fundo, que é para reformas dos anfiteatros da cidade. Para colocar onde? Num fundo global que, em tese, vai auxiliar as vítimas, mas elas também são vítimas. Por favor, nós temos muitas emendas que dialogam com essa dura realidade. Uma delas, apresentada por este vereador, é para retirar o Funcultura do projeto de lei, porque esse recurso, assim mesmo, é

quase insuficiente para essa categoria, para essa ação concreta da cultura na cidade. Por favor, pessoal. Por favor! Ou vocês querem reproduzir as ações do governo Marchezan, que foi o maior fiasco da nossa cidade, destruindo inúmeros segmentos que, por sua vez, nunca tiveram uma sinalização positiva, pelo contrário, negativa. Esse projeto de lei tem mais de 10 emendas, e nós vamos discutir ele, sim, até sensibilizar o governo para que perceba a importância de determinados segmentos que ora estão conclamando ações do governo. E que esse governo não o faz. Assemelha-se até com mais profundidade e agressividade do que o governo anterior. Por favor, vamos cair na realidade e tentar criar políticas que dialogam com os maiores segmentos que hoje têm uma expressão enorme na cidade, e um deles é a cultura. Muito obrigado.

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/24.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Hoje se vende muitas versões. Versões que o povo e o empreendedor têm sido ajudados através de recursos do governo federal. Quero dizer que, até agora, todos os recursos que vieram do governo federal foram os recursos das pessoas. Volto a afirmar aqui: o fundo de garantia, o seguro-desemprego, mais uma parcela do Bolsa Família; e para recuperar as empresas, ampliaram o Pronampe. Só que o Pronampe, hoje em dia, não está cumprindo a necessidade que tem um empreendedor em Porto Alegre. Eu dou exemplo aqui de vários empreendedores pequenos de Porto Alegre, de restaurantes, lancherias, bares, lojinhas, mercadinhos, que procuraram o Pronampe, estão dispostos a vir aqui quando convocados por esta Casa e dar os seus depoimentos. Foram procurar o Pronampe, se a pessoa tinha, há 10 anos, uma dívida do cartão de crédito, da Caixa Econômica, de R\$ 20 mil, fez um acordo com a Caixa de R\$ 5/6/7 mil e pagou esse acordo, aí agora, na hora de retirar o Pronampe, a Caixa diz que ele

tem que acertar aquela dívida lá, que já até caducou, que ele tem que pagar a diferença daqueles R\$ 20 mil. Além disso, os bancos credenciados ao Pronampe estão fazendo casado: para liberar o recurso, tem que fazer um consórcio, para liberar o recurso, tem que fazer um seguro da empresa, senão, não liberam o recurso. E pasmem, Fernando Henrique Cardoso, quando foi Presidente da República, fez uma lei que as pessoas com mais de 60 anos de idade, estrangeiros estabelecidos no Brasil, não precisavam mais renovar a sua carteira de estrangeiro - com 60 anos de idade. Há empreendedores da nossa cidade, portugueses, libaneses, italianos, palestinos, que estão com muito mais de 60 anos de idade e, mediante a lei do Fernando Henrique, não renovaram, porque não precisa mais renovar a sua carteira no Brasil. Aí o entendimento do gerente da Caixa, do Banrisul é de que precisa. A lei diz que não, mas aí o gerente, que é acima da lei, diz que precisa. Esse é o Pronampe de que nós estamos falando. Fora os recursos que vêm do fundo social, que tem uma contrapartida do Município, que tem uma contrapartida do Estado e tem o pagamento. Até aqui, ninguém ganhou nada! Está todo mundo pagando! Aí o governo vem oferecer R\$ 1,5 mil para ajudar nos salários. Ajudar no salário de quem? Quem é o trabalhador que trabalha no 4º Distrito, dentro daquelas empresas do 4º Distrito, qual é o trabalhador que trabalha no Anchieta, qual é o trabalhador que trabalha no comércio de Porto Alegre, do Centro de Porto Alegre, ou do Menino Deus, que ganha R\$ 1,5 mil? Nenhum! A empresa vai ter que se reconstruir. Amanhã é o prazo máximo para pagar o salário dos trabalhadores, e aí o governo diz que vai ajudar com R\$ 1,5. Nós queremos que o governo tenha coragem de ajudar, como fomos ajudados na pandemia, em que 70% do salário que a pessoa percebia foram pagos pela União, os outros 30% foram pagos pela empresa. A nossa cidade vive de comércio e serviço. A nossa cidade vive do que existe nela hoje em dia, comércio e serviço, e não vão ser com esses trabalhadores do comércio e serviço ganhando R\$ 1,5 mil - ajuda até agora, concreta, que chega da Câmara de Vereadores, com a emenda que aprovamos a semana passada - que as empresas vão conseguir se reerguer. Elas não podem estar engessadas em programas do governo que exigem o tratamento como se a empresa

estivesse no mercado. Nós estamos falando de empresas que estão em calamidade, nós estamos falando de empresas que literalmente perderam tudo! Seu estoque, seu produto, tudo, e estão para perder o coração da sua empresa, que são seus trabalhadores. Então, nós precisamos de políticas concretas, não de discurso da União e do governo. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/24.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Ver. Márcio Bins Ely, que preside a sessão neste momento, demais vereadores e vereadoras ainda presentes aqui no plenário; eu gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer uma reflexão, Ver. Jonas, que não teve oportunidade de falar novamente, sobre o caráter desse governo. Esse é um governo que tem feito uma propaganda, Ver. Robaina, de que era um governo disposto a garantir um cuidado com a cidade, um governo que pretendia qualificar a zeladoria da cidade, mas a verdade é que esse governo têm demonstrado ser um governo marcado pela falta de planejamento e pela desorganização; um governo atrapalhado, e as marcas dessa desorganização são evidentes neste momento em que nós vivemos essa crise profunda. Nós lembramos bem que esse é o governo que mandou abrir as comportas, depois não conseguiu fechá-las quando a água voltou a subir. Esse é o governo que mandou as pessoas, orientou a população a colocar os resíduos na frente das suas casas sem se preparar para a chuva que vinha logo ali na frente, depois pedia para que as pessoas retirassem aquilo que ele mesmo havia apontado que deveria ser descartado. Mas essa desorganização, essa falta de planejamento não é nítida apenas nesta crise em que nós vivemos. Nós não podemos esquecer, Ver. Alex, que esse é o governo que aprovou aqui, com apoio da sua base, a desconstituição do Fundo de Defesa Civil. Uma política equivocada, tanto que meses depois teve que enviar também para esta Câmara Municipal a recomposição do Fundo de Defesa Civil. Símbolos da desorganização, da falta

de planejamento de um governo atrapalhado que, de cuidado com a cidade, não tem nada. Nós conhecemos bem a política do governo Melo, é a política de desmonte dos conselhos municipais. Esse projeto que hoje nós discutimos é uma reedição daquilo que o governo já votou aqui, que busca desmontar os fundos municipais. A gente, mais uma vez, tem ameaçados o Fundo da Cultura, o Fundo do Patrimônio, o Mercado Público.

Eu preciso aqui chamar atenção do ataque ao Fundo do Meio Ambiente. Eu não admito que o prefeito, como tantos outros governantes, na imprensa diga que foi mais uma vez pego de surpresa pelo evento climático extremo que nós vivemos ao longo do mês de maio. O prefeito talvez tenha sido pego de surpresa, porque, no final do ano passado, enviou para a Câmara Municipal uma proposta de orçamento que reduziu os recursos disponíveis para monitoramento ambiental – um prefeito que tem ao seu lado um vice-prefeito adepto ao negacionismo. O Melo, assim como reduziu os investimentos em monitoramento e diagnóstico ambiental, é o prefeito que responsabiliza a população pelo descarte inadequado de resíduos, ao mesmo tempo em que mandou aqui para a Câmara uma previsão de redução de investimentos em educação ambiental no final do ano passado. Assim como apontou redução de investimento nas nossas unidades de conservação, redução de investimentos na qualificação da arborização urbana. É o prefeito que retirou as podas da nossa cidade da Secretaria de Meio Ambiente e colocou na Secretaria de Serviços Urbanos, tratando as podas da cidade da mesma forma que trata asfaltamento.

Eu lembro bem quando nós disputamos a eleição de 2020, e o prefeito Melo, nos seus confrontos com Manuela, tentava colocar em contradição o desenvolvimento da cidade e a preservação do ambiente natural. Ele tentava apontar que cuidar do meio ambiente era um obstáculo para o desenvolvimento e é por isso que ele é, no meu entendimento, sim, por omissão ou negligência, ou descaso, responsável pela crise que nós vivemos. Responsável, sim! É verdade que não criou a crise climática, mas a sua postura agrava tudo o que nós temos vivido de ataque ao meio ambiente na nossa cidade nos últimos anos.

por isso, Ver. Márcio, para concluir, é que nós precisamos denunciar que a tentativa de desvinculação dos recursos do Fundo do Meio Ambiente é, sem dúvida alguma, parte do ataque ao ambiente natural da nossa cidade. E, por isso, Ver.^a Cláudia, nós protocolamos uma emenda neste período de discussão para retirar o Fundo do Meio Ambiente do rol de fundos atacados por esse governo. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/24

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde ou boa noite, senhoras e senhores. Nós estamos discutindo o projeto de autoria do governo municipal que pretende desvincular recursos de alguns fundos municipais, direcionando-os para o enfrentamento da crise que vivemos. Mas eu acho importante, neste momento, resgatar a importância dos fundos municipais, o que são eles, para que servem? A legislação federal determina que todas as cidades podem, a partir de iniciativas, de projetos de lei do Executivo, instituir fundos municipais para desempenhar alguma função específica na nossa cidade. Por exemplo, o Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente justamente deveria captar e direcionar recursos para que a Prefeitura pudesse investir na área de preservação, cuidado, trato à natureza. O que está sendo feito no Município de Porto Alegre com o recolhimento desordenado e o lançamento de resíduos das ruas de Porto Alegre provenientes das enchentes, com alto grau de contaminação no solo, sem qualquer tipo de preparação ou tratamento, é um horror. O Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente, especificamente, poderia estar sendo direcionado para uma ação de enfrentamento justamente a esse problema grave, que talvez não tenha reflexo no momento imediato, mas futuramente, essa deposição continuada de resíduos que estão atraindo insetos, ratos, promovendo um cheiro horroroso em várias regiões do nosso Município... Nós temos recursos que poderiam ser destinados ao trato adequado com estes resíduos especificamente. Lançar todos esses recursos que foram destinados

aos fundos, até abril deste ano, para uma conta que se sabe lá qual destinação vai tomar é dar ao prefeito Sebastião Melo a oportunidade de atuar como vem atuando até hoje, sem qualquer tipo de clareza, sem qualquer tipo de transparência. Não há a menor intenção de dar transparência às ações governamentais. Sebastião Melo deixou muito claro isso, desde o início da sua gestão. Boa parte desses fundos precisam, para serem aplicados, do aval – ou precisavam – do aval dos conselhos municipais, que atuavam incisivamente, com ampla participação da sociedade, na destinação do dinheiro para essas áreas específicas. Os conselhos municipais foram desmontados pelo prefeito Sebastião Melo. Os órgãos que faziam o controle e davam o aval para utilização desses recursos foram simplesmente desmantelados, desmantelados, por quê? Porque o prefeito Sebastião Melo queria utilizar esses recursos como bem lhe conviesse. E conseguiu, com ampla base nessa Casa Legislativa, viabilizar aprovação do desmanche dos nossos conselhos municipais, permitindo a utilização sem grandes critérios, dos fundos na nossa cidade. E agora quer mais uma vez o aval para fazer o que bem entende, sem transparência, sem publicidade, sem que a população possa ter controle social sobre o dinheiro dos contribuintes. Não há a menor intenção em dar transparência; portanto, saúdo a Emenda nº 02, proposta pelo Ver. Roberto Robaina, nosso líder da oposição, que direciona esses recursos para um novo fundo, um fundo, sim, que precisa da participação social de entidades, sindicatos, sociedade civil, no controle de onde será aplicado o dinheiro da nossa cidade. Agradeço a atenção de todos e todas. Sigamos os nossos debates.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 08, de autoria dos Vereadores Biga Pereira e Giovani Culau e Coletivo, ao PLCE nº 008/24.

Apregoo o requerimento de autoria dos Vereadores Biga Pereira e Giovani Culau e Coletivo, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 08 ao PLCE nº 008/24.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/24.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Olha, seria muito útil que a população de Porto Alegre visse como está a discussão aqui na Câmara de Vereadores. Se nós tivéssemos uma câmara aqui para mostrar, ia mostrar que só tem a vice-líder do governo aqui tentando sustentar o debate. O líder eu não sei se foi para a China. Foi para a China o Cecchim, líder do governo Melo? Fora isso, são os vereadores da oposição que estão aqui debatendo, a Ver.^a Abigail, o Ver. Oliboni, o Ver. Culau, o Ver. Alex Fraga, o Ver. Pedro Ruas – que estava com um problema na coluna, com muita dor, mas estava aqui firme –, e está aqui o Ver. Márcio Bins Ely. E essa é a composição, Presidente Mauro Pinheiro. Eu acho que o governo já deveria, inclusive, levar o debate para a próxima sessão, e não encerrar a discussão. Por isso que eu fiz questão de falar, porque ia fechar a discussão. E só teve vereadores aqui da oposição sustentando uma determinada política. E, para mim, é uma coisa inacreditável que um governo com tanta denúncia de corrupção, algumas delas comprovadas, como no caso da secretaria de Educação, Ver. Oliboni, que foi tão comprovado, embora eles tenham sabotado a Comissão Parlamentar de Inquérito, o líder do governo tentou impedir de todas as formas que tivesse investigação, nós conseguimos investigar, de tal forma, com tanta competência, que a Polícia Civil utilizou o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, e a secretária de Educação, a anterior, que eu não sei mais onde anda, não sei se fez delação premiada ou não, porque eu sei que a evolução patrimonial dela foi sem explicação, não tem explicação a evolução patrimonial da ex-secretária de Educação nomeada pelo Melo. Ela foi presa em janeiro. E uma parte das pessoas só esqueceu isso porque nós tivemos essa tragédia da enchente, mas eu não esqueci, eu não esqueci, e acho que a Polícia não esqueceu. Acho que essa investigação segue. Mas um governo com tanta denúncia de corrupção deveria, no mínimo, se realmente quisesse transparência, debater mais os assuntos e escutar quando existe uma parte da Câmara Municipal exigindo que haja transparência e que

haja controle de um fundo público de reconstrução, porque o fundo é público, e, se ele é um fundo público, ele precisa ser controlado pela sociedade civil organizada. O governo não quer controle algum, é um governo que não quer controle algum. É um governo que tem, por exemplo, denúncia do DMAE. Eu fiz denúncia sobre o DMAE. Nós tivemos um presidente do DMAE que está acusado por um empresário de receber propina. E ele não ficou pouco tempo no DMAE, ele ficou dois anos no DMAE, dois anos em que o governo Melo está desmontando a autarquia, e com esse desmonte da autarquia deixou a cidade desprotegida, e nós tivemos a tragédia. E agora, o governo quer... É inacreditável, eles estão fazendo empréstimos que vão conseguir R\$ 2 bilhões de empréstimo. O DMAE tem ainda R\$ 400 milhões, pelo menos, de superávit. Bem, eles não usaram o dinheiro do DMAE para fazer as mudanças necessárias, para defender o sistema da cidade, consertar as comportas, reformar as comportas, as casas de bomba. Não usaram o dinheiro. Agora, tem um empréstimo que já havia sido contraído de R\$ 2 bilhões, não era em função da enchente esse empréstimo. E agora a cidade teve um prejuízo de R\$ 8 bilhões! Ou seja, esses R\$ 2 bilhões não vão dar 30% do prejuízo que esse governo provocou na cidade, por não investir o mínimo que ele deveria investir no sistema de proteção da cidade, depois da enchente de novembro. Não é que não teve aviso, nós tivemos uma enchente em Porto Alegre em novembro que inundou a região das Ilhas. É uma vergonha! E o governo, esse governo é uma vergonha. Por isso que os vereadores nem vêm aqui sustentar o governo. Nós, na semana passada, tivemos uma dissidência que fez com que o governo perdesse o controle a Câmara, onde se votasse projetos... Aliás, eu vou controlar qual é o resultado da votação que nós tivemos na semana passada. Porque na semana passada nós dobramos valores, e eu ouvi que o governo, talvez pague, não ficou claro na declaração do procurador do Município se eles vão pagar ou não. Pois eu já quero avisar, eu não sei ainda o documento oficial, nós vamos entrar na Justiça, se for necessário, para o governo pagar e cumprir o que a Câmara votou, porque o governo não pode manobrar e dizer que: “não, é opcional o pagamento dos valores da ajuda humanitária que a Câmara dos Vereadores votou”. Então

esse debate tem que continuar, o tema dos fundos é só um pequeno sintoma de um problema global que nós temos, que é em Porto Alegre tem um governo incompetente e um governo suspeito de estar envolvido em esquemas de corrupção em várias áreas. E não se pode não ter transparência e não ter controle público numa situação como essa. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento da dispensa do envio da Emenda nº 08, ao PLCE nº 008/24, às Comissões Permanentes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Não há mais vereadores inscritos para discutir a matéria. Está encerrada a discussão. Visivelmente não há quórum. Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h42min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *